



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

São Paulo, 17 março de 2022

Ofício P. nº 23/2022

Assunto: Relatório de Atividades Exercício 2021

Senhor Secretário de Orçamento e Gestão

Cumprimentando-o respeitosamente, submeto à apreciação de V.Sa. a resposta a mensagem eletrônica enviada para manifestação da São Paulo Previdência solicitando relatório de atividades desta autarquia relativo ao exercício de 2021.

Sendo assim, encaminhamos Nota Técnica anexa apresentando as informações citadas.

Atenciosamente,

José Roberto de Moraes
Diretor Presidente

Ao Exmo. Senhor
Nelson Luiz Baeta Neves Filho
DD..Secretário de Estado
Secretaria de Orçamento e Gestão
Avenida Morumbi 4500 – 1º Andar
São Paulo - SP



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

NOTA TÉCNICA
(15/03/2022)

REALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS INERENTES ÀS ATIVIDADES SPPREV – DEMONSTRAÇÃO DE NÚMEROS DAS REALIZAÇÕES – VERBAS DESPENDIDAS PARA ESSE FIM, EM CONSONÂNCIA COM O ARTIGO 3º DA INSTRUÇÃO Nº 01/2008 DE 18/12/2008, ITEM 1 –

EXERCÍCIO 2021

O **objetivo** dessa nota técnica é apresentar as informações solicitadas pela Secretaria de Orçamento e Gestão discriminando os programas inerentes às atividades da São Paulo Previdência – SPPREV demonstrando número e verbas despendidas para o exercício 2021.

Autarquia sob regime especial, configurando-se como a única entidade gestora dos Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos titulares de cargos efetivos – RPPS e do Sistema de Proteção Social dos Militares. No exercício de 2021 foram realizadas **ações** com vistas à continuidade do processo de modernização relativa ao aperfeiçoamento **da gestão previdenciária**, melhoria do atendimento aos seus beneficiários e adequação de suas instalações.

Em março de 2020 foram publicadas a Emenda Constitucional nº 49 que modifica o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos titulares de cargos efetivos do Estado e dá outras providências e a Lei Complementar 1.354, que Dispõe sobre as aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo, nos termos do artigo 126 da Constituição do Estado de São Paulo, e dá outras providências, ambas de 06/03/2020.

A legislação citada trouxe importantes mudanças nas regras de concessão dos benefícios, forma de cálculo, contribuição previdenciária, alterando de forma significativa o regime previdenciário paulista à luz das alterações trazidas pela Emenda a Constituição Federal nº 103.

Em 28 de agosto de 2021 foi publicado o Decreto nº 65.964/2021 que regulamenta a Lei Complementar 1.354/20 para fixar procedimentos para concessão de aposentadorias e pensões por morte e disciplinar o custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de São Paulo - RPPS e dá outras providências correlatas, retificado em 15 de setembro de 2021

A SPPREV teve atuação fundamental apoiando o Poder Executivo e o Poder Legislativo na construção deste importante marco para o sistema previdenciário paulista .

Em 16 de dezembro de 2019 foi sancionada a Lei Federal nº 13.954 que trata da reestruturação da carreira de militares e dispõe sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares. O Decreto Estadual nº 64.743/20 transferiu as adaptações das regras dos militares do Estado ao novo Sistema de Proteção Social dos Militares para 31/12/2020. Já a Lei 17.293/20 na SPPREV a gestão da pensão e da inatividade militar, conforme permissivo que consta na Instrução Normativa do Ministério da Economia nº 05/20.

2. Gestão de Benefícios Previdenciários

Em 2021 foi dada continuidade ao trabalho conjunto das **Diretorias de Benefícios - Civis e Militares** (DBS/DBM) e **Diretoria de Relacionamento com o Segurado** (DRS) com relação ao processo de melhoria contínua nos fluxos de trabalho, com as devidas parametrizações e customizações no Sistema de Gestão



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

Previdenciária – SIGEPREV. A **Diretoria de Administração e Finanças (DAF)** apresenta informações quanto a UG Administração.

A autarquia administra cerca de **471.549 benefícios** previdenciários a **488.345 beneficiários** aí incluídos os números relativos a inatividade da Polícia Militar, como se pode verificar no quadro abaixo:

Pensões – Cíveis e Militares	110.408 benefícios	127.204 beneficiários
Aposentadorias Cíveis e Inatividades Militares	361.141 benefícios	361.141 beneficiários

(1) Considera benefícios ativos e suspensos em 31/12/2021.

Fonte: SIGEPREV - DRS- SPPREV

A) Benefício de Pensão Por Morte

Na Diretoria de Benefícios Servidores Públicos – DBS

Pensões Cíveis: foram realizadas atividades de manutenção / pagamento classificadas em: revisões de pagamento (administrativas) 1.033, revisões e planilhas de gratificações judiciais de pensão: 572, concessões judiciais de pensão: 219. No âmbito do NIP - Núcleo de Inteligência Previdenciária foram 17 processos administrativos instaurados, 27 benefícios de pensão extintos por constatação de união estável, 13 benefícios de pensão suspensos em sede de procedimento administrativo, 62 processos administrativos em andamento e 42 benefícios investigados

Total de benefícios de pensão por morte concedidos em **2021**: 5.807

Número de Pensão por Morte Civil paga pela SPPREV*	79.695 benefícios
Número de beneficiários*	88.335 beneficiários
Número benefícios concedidos 2021**	5.807 benefícios
Média Mensal 2021**	484 benefícios

considera benefícios ativos e suspensos em 31/12/2021

*Fonte SIGEPREV – DRS - SPPREV

**Fonte: SIGEPREV - DBS – SPPREV

A Diretoria de Benefícios Servidores Públicos realizou como destaque no âmbito do Benefício de Pensão por Morte Civil:

- Participação como coordenador do GT (DBS, DBM e DAF) para implementação das alterações promovidas pela Reforma da Previdência no que diz respeito à acumulação de benefícios previdenciários;
- Implementação de melhorias no novo fluxo de concessão de pensão por morte;
- Desenvolvimento do novo fluxo de inclusão (previsto para Nov/2021);
- Participação efetiva na elaboração do Decreto nº 65.964, de 27 de agosto de 2021 que regulamentou a Lei Complementar Estadual nº 1.354 de 06 de março de 2020;
- Elaboração da Portaria SPPREV que irá regulamentar o Decreto nº 65.964/2021 (previsão 02/2022);



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

- Atualização do manual da Reforma da Previdência na pensão por morte;
- Implementação e desenvolvimento da ferramenta de produção/simulação de planilhas de retroativos para atendimento das demandas judiciais (precatórios) e administrativas (revisões) com previsão para 12/2021;
- Reestruturação das supervisões judiciais com o objetivo de otimizar e agilizar o atendimento das demandas judiciais, cujo o estoque de ações (mai/21 – 8.000) para (nov/21 – 3.200);

Atendimento das seguintes ações coletivas:

- APEOSP – ATS/6ª parte s/ vencimentos integrais – 43.000 aposentados;
- SINDSAÚDE – 6ª parte Lei 500/74 – 3.506 aposentados;
- SINDSAÚDE – Concessão PIE – prêmio de incentivo especial – 1.854 aposentados;
- AFUSE – Concessão e recálculo 6ª parte – 573 aposentados;
- Técnicos da FAZENDA ESTADUAL – PIQ 100% - 2.600 aposentados;
- Desenvolvimento/Parametrização da rubrica de redutor para o atendimento ao art. 24, § 2º da EC.103/2019 – Reforma da Previdência (previsto Nov/2021);
- Desenvolvimento/Parametrização de rubrica de desconto, com a finalidade de efetuar compensação financeira entre a SPPREV e TJ/SP, referente a débitos resultantes da aplicação do redutor do art.24, § 2º da EC.103/2019 (projeto piloto a ser estendido aos demais órgãos – previsão Nov/2021);

Na Diretoria de Benefícios Militares – DBM

No exercício de **2021** foram concedidos 1.805 novos benefícios de pensão por morte militar pela **DBM - Diretoria de Benefício Militar**.

Número de Pensão por Morte Militar paga pela SPPREV*	30. 713 benefícios
Número de beneficiários*	38.869 beneficiários
Número de benefícios concedidos 2021**	1.805 benefícios
Média Mensal 2021 **	150 benefícios

Considera benefícios ativos e suspensos em 31/12/2021

*Fonte: SIGEPREV/ DRS – SPPREV

**Fonte: SIGEPREV / DBM – SPPREV

Pensão por Morte Militar: No ano de 2021 demos continuidade à realização de nossas atividades em esquema de teletrabalho emergencial, em razão da pandemia de COVID-19, que atingiu o país no ano de 2020. A partir de agosto de 2021 passamos a adotar um sistema híbrido, com presença escalonada da equipe. Importante destacar, que verificamos novamente em 2021 a manutenção de produtividade e qualidade no atendimento de nossos beneficiários. Em continuidade ao trabalho de aplicação da reforma da previdência na área militar, implementamos a nova forma de cálculo dos benefícios em janeiro/2021 e também, com retorno do parecer PA nº 14/2021, recebido em 2021, foram sanadas as questões quanto à aplicabilidade da nova Lei Federal 13.954/19, de modo que iniciamos no SIGEPREV a implementação das alterações. Na Supervisão de Concessão e Pagamento de pensão, no ano de 2021, realizamos análise de cerca de 2140 processos, sendo indeferidos 335 pedidos e demais de deferimentos, incluindo habitações iniciais, inclusões e reinclusões. É de destacar-se o aumento considerável nas concessões de pensão neste ano, em comparação à média de anos anteriores, em razão do agravamento da pandemia de COVID-19 do primeiro semestre de 2021. Segue demonstrativo mensal dos deferimentos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA



Fonte: DBM

Por meio da Supervisão de Apoio Judicial de Pensão demos continuidade às ações promovidas pelo núcleo de inteligência previdenciária – NIP – o qual, com intuito de rever os benefícios, de modo a evitar a ocorrência de eventuais fraudes, valeu-se de subsídio de outros órgãos públicos, como INSS, DETRAN, Receita Federal, entre outros, para promoverem averiguação/investigação social para apuração da existência de união estável ou verificação da manutenção da condição de invalidez para o trabalho de algumas classes de beneficiários. Quanto às averiguações sociais, no ano de 2021 encerramos 204, sendo 140 delas concluídas como positivas, e ainda existem 123 em curso. Os procedimentos administrativos concluídos totalizam 70 casos, e existem 136 em andamento, tendo sido instaurados 114 novos no decorrer do ano. Além disso, foram emitidas 172 certidões, realizados 120 procedimentos de vistas e cópias, 770 atendimentos de demandas judiciais (inclusão de novos dependentes, exclusão, reinclusão, reversões, entre outros) e foram atendidos 502 pedidos de informações judiciais à Procuradoria Jurídica.

Na Supervisão de Manutenção de Pensão, destacamos a realização das principais atividades de manutenção, que totalizaram 9007 atendimentos no ano 2021, distribuídos da seguinte maneira: 2400 revisões, sendo 383 administrativas e 2017 em decorrência de demandas judiciais; elaboração de 1901 planilhas para subsidiar a Procuradoria Jurídica em ações judiciais; 1969 exclusões de beneficiários por motivos de óbito, casamento, idade, entre outros; 587 reversões de quotas; 1969 cálculos de saldo de pensão; 356 análises de pedidos de isenção de imposto de renda.

B) Benefício Aposentadorias Cíveis e Inatividade Militar:

Na Diretoria de Benefícios Servidores Públicos – DBS

Aposentadoria: No exercício de 2021 tivemos 13.426 novas aposentadorias concedidas administrativamente, sendo 62% da Secretaria da Educação e 38% das demais secretarias e autarquias.

Em continuidade aos processos de gestão previdenciária no âmbito da DBS, apoiando-se nas demais áreas que compõem a Diretoria Executiva da SPPREV para o aprimoramento e excelência na prestação de serviços previdenciários e futura absorção do pagamento das aposentadorias das Universidades Estaduais e dos demais Poderes: Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Tribunal Militar, Ministério Público e Assembleia Legislativa.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

Neste tocante, impende noticiar que a absorção da folha de aposentadoria, segundo colaciona a Lei Complementar nº 1010/ 2007, que fixa à SPPREV a missão da gestão da folha de proventos de tais poderes, que neste particular, inobstante a seara residente no domínio da Presidência, a informação que ao longo de 2021, não obtivemos avanços efetivos nas negociações para a migração das aposentadorias das universidades estaduais, cuja Portaria CRUESP nº 01/2019, de 12/06/2019, designou o Grupo de Trabalho para definição de normas, critérios e cronograma para transferência de folhas de pagamento da UNICAMP, USP e UNESP a São Paulo Previdência, portaria alterada pela Portaria CRUESP nº 02/2019 de 24/06/2019, com nova prorrogação do prazo de conclusão dos trabalhos, nos termos da Portaria CRUESP nº 06/2020 de 10/11/2020.

A Diretoria de Benefícios Servidores Públicos realizou como destaque no âmbito do Benefício de Aposentadoria:

- Participação no GT (DBS, DBM e DAF) para implementação das alterações promovidas pela Reforma da Previdência no que diz respeito à acumulação de benefícios previdenciários;
- Homologações de TASK's da implantação da Reforma da Previdência;
- Homologações de TASK's de melhoria do fluxo de aposentadoria e de VTC;
- Desenvolvimento do novo fluxo de Revisão, inclusive para atender apontamentos do relatório de auditoria da empresa BDO (especificação aprovada e, em fase de desenvolvimento);
- Participação efetiva na elaboração do Decreto 65.964, de 27 de agosto de 2021 que regulamentou a Lei Complementar Estadual nº 1.354 de 06 de março de 2020;
- Elaboração da Portaria SPPREV que irá regulamentar o Decreto 65.964/2021 (com previsão para fev/2022);
- Atualização dos manuais de aposentadoria para aplicar a Reforma da Previdência (fase de revisão/aprovação);
- Estruturação de equipe direcionada a realizar as revisões de aposentadorias de concessão direta;
- Desenvolvimento/Parametrização da rubrica de redutor para atendimento ao art.24, §2º da EC.103/2019 – Reforma da Previdência (previsão 11/2021);

Realização de lives com RH's de origem, inclusive MP, TCE e TJSP com a finalidade de ministrar treinamentos sobre a Reforma da Previdência do Estado.

Na Diretoria de Benefícios Servidores Públicos - DBS foram realizadas 13.426 concessões / publicações de aposentadoria-

Novas Aposentadorias Concedidas pelo SIGEPREV – 2021

Número de Aposentadoria paga pela SPPREV*	294.763 benefícios
Número de Concessões em 2021 **	13.426 benefícios
Média Mensal em 2021 **	1.118 benefícios

Considera benefícios ativos e suspensos

*Fonte: SIGEPREV - DRS- SPPREV

**Fonte: SIGEPREV – DBS - SPPREV

Ações concluídas da Diretoria de Benefícios Servidores Públicos:

- Com a aprovação do Projeto de Lei, dispondo da alteração da Lei Complementar nº 180/78 e Decreto Regulamentar nº 52.859/07, em razão da Medida Provisória nº 664/2014, foi publicada a Lei Complementar nº 1.354/2020 em 07 de março de 2020;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

- Para fins de parametrização das novas regras previdenciárias em decorrência da Reforma da Previdência no âmbito do RPPS, foi criado um GT (DBS, DBM e DAF) para estudo das alterações promovidas pela respectiva reforma no âmbito da pensão por morte e aposentadoria com intuito de criação e alteração de rotinas de concessão e elaboração de manuais contendo as implicações da reforma;
- Implementação do novo fluxo de concessão de pensão por morte;
- Parametrização das regras de aposentadoria em virtude da Reforma Previdenciária, regras de Direito Adquirido e de Transição devidamente implantadas;
- Conclusão da primeira etapa de capacitação dos servidores e do público externo (RH's) acerca das alterações ocorridas em virtude da reforma previdenciária sobre legislação;
- Ampliação do índice de servidores da GAP em teletrabalho para 50%, em detrimento ao disciplinado na Portaria SPPREV nº 435/2019;
- Em razão da implantação do SP SEM PAPEL, todas as Secretárias e Autarquias já conseguem realizar a digitalização dos processos de aposentadoria para fins de concessão, desde que possuem os recursos/equipamentos necessários;
- Integração do SIGEPREV ao sistema SP SEM PAPEL, houve o índice superior a 95% de integração dos expedientes/processos atuados no SP SEM PAPEL com a disponibilização das imagens vinculadas ao protocolo SIGEPREV;
- Participação efetiva na elaboração do Decreto Regulamentar nº 65.964/2021, publicado em 27 de agosto de 2021;

Ações em andamento na Diretoria de Benefícios Servidores Públicos

- Aguardando publicação de Decreto Regulamentar das regras de PCD e Agentes Nocivos;
- Em desenvolvimento (Atlantic) fluxo de concessão de aposentadoria contendo as regras do redutor do art.24 da EC.103/19;
- Em desenvolvimento (Atlantic) Novo Fluxo de Revisão de Aposentadoria;
- Apresentação da proposta de conclusão do GT (DBS, DBM e DAF) acerca das implementações das alterações promovidas pela Reforma da Previdência no que diz respeito à acumulação de benefícios previdenciários;
- Elaboração da Portaria SPPREV disciplinando as ações previstas no Decreto nº 65.964, de 27 de agosto de 2021 que regulamentou a Lei Complementar nº 1.354, de 06 de março de 2020.

Na Diretoria de Benefícios Militares - DBM

Inatividade Militar: Como visto, a Lei Federal nº 13.954/19, tratou de segregar os militares a um regime



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

especial e exclusivo da categoria - o Sistema de Proteção Social dos Militares - SPSM, composto por saúde, assistência e previdência, adequado à especificidade laboral dessa categoria. As normas gerais de inatividade e pensão por morte das polícias militares e corpos de bombeiros militares são então prescritas pela União, conforme competência apresentada no artigo 22, inciso XXI da Constituição Federal, cujas diretrizes devem ser seguidas pelos Estados.

Nesse contexto, a Instrução Normativa nº 05/20, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, estabeleceu orientações a respeito das normas gerais de inatividade e pensões por morte relativas aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Esta regra, possibilitou que a Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores titulares de cargos efetivos do Ente Federativo seja a mesma do Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM, o que foi realizado pelo Estado de São Paulo por meio da Lei nº 17.293/20.

Antes mesmo da criação do Sistema de Proteção Social dos Militares, no Estado de São Paulo, a legislação dispunha que o ato de passagem para a inatividade era de competência exclusiva da Polícia Militar (Diretoria de Pessoal), PA nº 83/2013; ratificado pela Lei Complementar nº 1305/2017 (artigo 6º). Com a criação do novo sistema, esta competência tornou-se ainda mais robusta. Portanto, a administração dos benefícios de inatividade militar pela São Paulo Previdência, têm sua atividade diretamente ligada às atividades realizadas pela Polícia Militar.

Os estudos de adequações sistêmicas, conforme as Forças Armadas, foram realizados em conjunto pela Polícia Militar do Estado de São Paulo e a São Paulo Previdência e findadas dentro do prazo assinalado pelo Decreto Estadual nº 64.743/20, que transferiu as adaptações das regras dos Militares do Estado ao novo Sistema de Proteção Social para 31 de dezembro de 2020. Ou seja, a partir de 2021, com o novo regramento.

Com efeito, foram realizados os ajustes para readequação dos fluxos de concessão de inatividade e concessão de inatividade judicial, com as novas regras de parametrização advindas do Sistema de Proteção Social e ainda, melhorias – novas tarefas no workflow – que contemplam atividades exclusivas da Gerência de Inatividade antes da inserção do benefício em folha de pagamento.

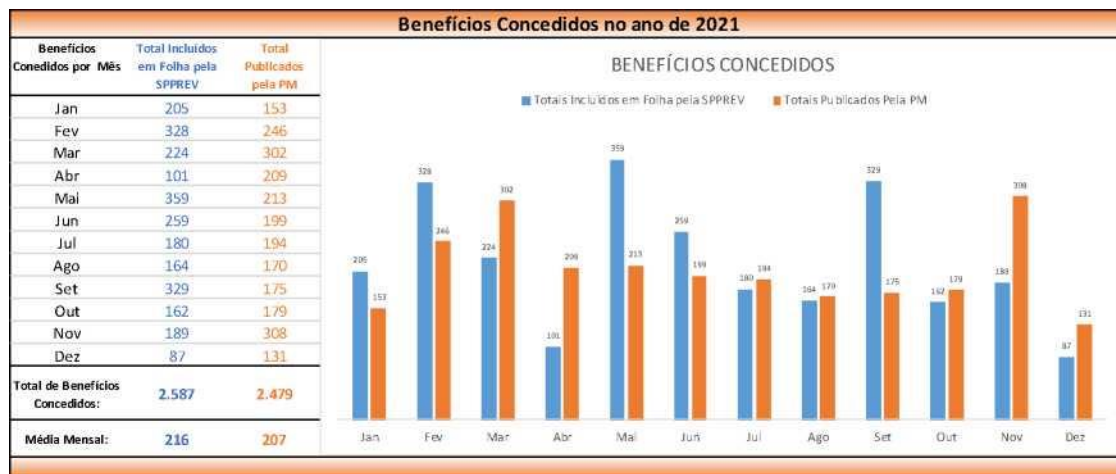
Assim, a partir de 2021, as concessões de inatividade militar ocorreram com base nas regras estipuladas pelo normativo das Forças Armadas e as atividades procedimentais revisadas para adequação à esta nova realidade. Em atendimento ao artigo 24 da EC nº 103/2019, além dos documentos exigidos pelo Tribunal de Contas, os procedimentos concessórios de inatividade militar passaram a comportar obrigatoriamente o formulário de “Declaração de Acúmulo de Cargos/Benefícios Previdenciários”, de modo que havendo casos de acúmulos, os outros regimes são comunicados e dependendo da situação, é realizada a redução de pagamentos nas inatividades.

No exercício de **2021** foram homologados **2.587** novos benefícios de inatividade militar pela **Diretoria de Benefício Militar da SPPREV.**

Computo de Inatividades Militares no ano calendário de 2020



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA



Fonte: DBM - SPPREV

Novas Inatividades Homologadas pelo SIGEPREV/SPPREV - 2021

Número de Inatividade paga pela SPPREV*	66.378 benefícios
Número de Homologações 2021**	2.587 benefícios
Média Mensal 2021*	215 benefícios

considera benefícios ativos e suspensos em 31/12/2021

*Fonte: SIGEPREV – DRS – SPPREV

**Fonte: SIGEPREV – DBM - SPPREV

Como informado nos anos anteriores, as atividades de implantação, manutenção (alterações), e exclusão de pensões alimentícias de inativos militares sempre mantém proporções bastante expressivas. Estas atividades, por si só carecem de diligência imediata da administração, uma vez que podem implicar em sanções judiciais à Autarquia e ao próprio alimentante.

Ainda neste contexto de manutenção de benefícios, os procedimentos de cálculo de resíduos de inatividade militar e isenções de imposto de renda também foram bastante expressivos.

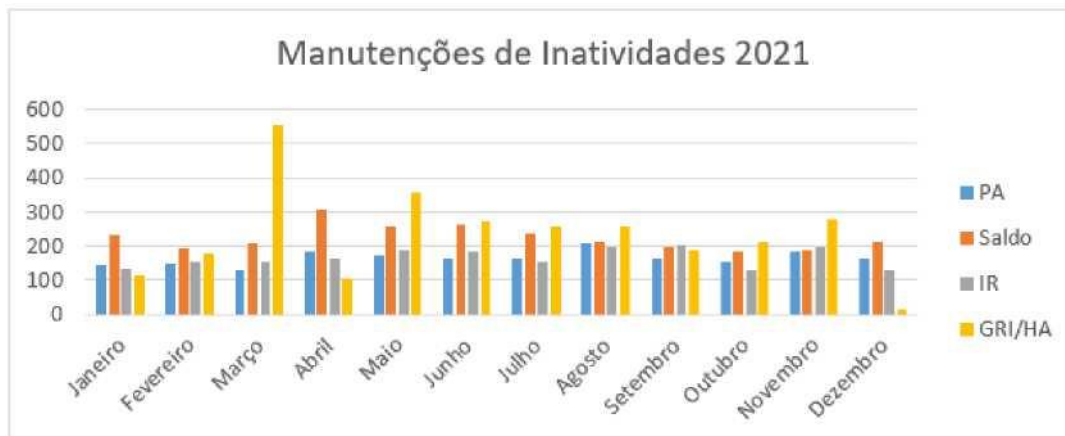
De outro lado, importante destacar que em 2021 houve um trabalho conjunto realizado pela Diretoria de Benefícios Militares – DBM e a Diretoria de Administração e Finanças, junto ao setor orçamentário da Secretaria de Governo correspondente, demonstrando o público e os valores necessários para as revalorizações de gratificações e vantagens de docência e eventuais consequências negativas da falta destes pagamentos para a Autarquia.

Com a liberação de recurso orçamentário extra pôde-se então, realizar as tarefas de estoque destas gratificações referentes às demandas de cálculos de atrasados. Estas tarefas, de implantações e revalorizações de gratificações e vantagens de docência, por serem bastante complexas e impactarem em outras rubricas, tiveram especial atenção dos técnicos na análise, revisão procedimental e auditoria, o que



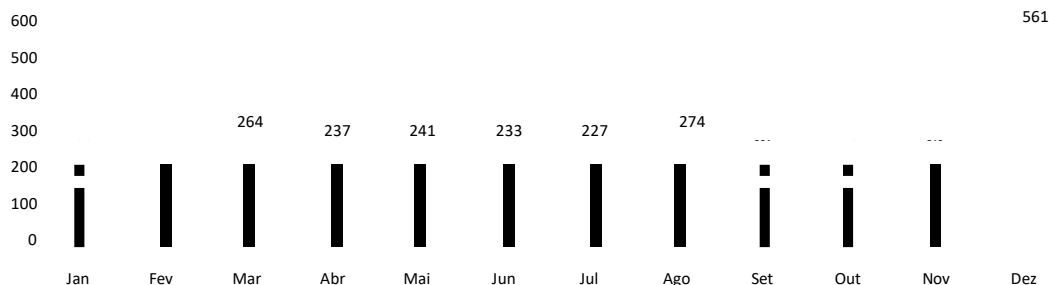
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

gerou conclusões ágeis e precisas.



De outro lado, as atividades de cumprimento de ordens judiciais, receberam crescimento significativo ao final do exercício de 2021. Este crescimento decorreu do êxito que os inativos obtiveram em face da impugnação à nova sistemática de cobrança de contribuição social do Sistema de Proteção dos Militares. Inclusive, em razão do considerável quantitativo do mês de dezembro, e a crescente evolução destes números, implantamos revisões procedimentais para imputar maior celeridade no tratamento destas demandas judiciais.

Atividades Judiciais 2021



Fonte: DBM - SPPREV

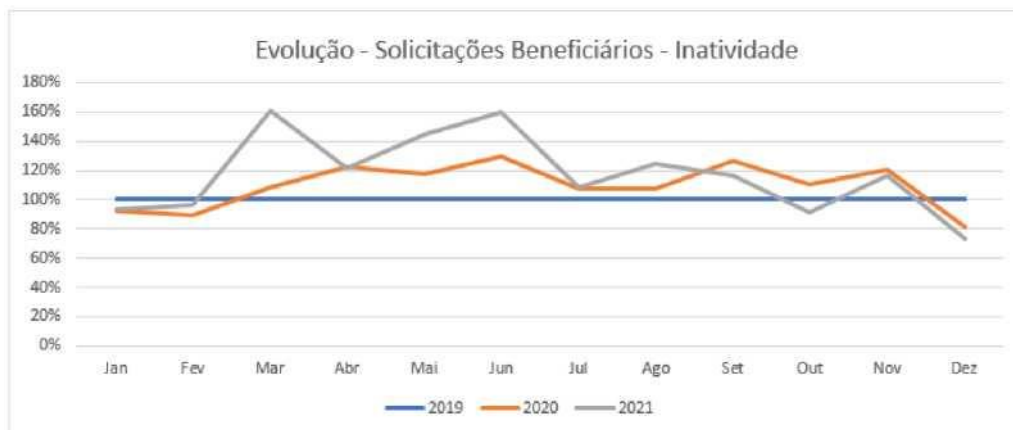
Foram retomadas as reuniões para alinhamento de conteúdo e atividades no workflow do fluxo de revisão de inatividade militar por ordem judicial, visando não só subsidiar, como também aumentar a transparência das revisões e imputar maior celeridade no cumprimento das decisões judiciais.

Em 2021, ainda no cenário pandêmico de covid-19, a Autarquia manteve o sistema de teletrabalho emergencial (Decreto Estadual nº 65.032/20).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

O sucesso do sistema de teletrabalho no ano de 2020, foi também experimentado em 2021, onde se constatou o atendimento à número maior de demandas, conservando o funcionamento e a qualidade de todas as atividades desenvolvidas pela gerência. A título elucidativo, tendo como linha de base o ano de 2019, o gráfico apresentado a seguir com o comparativo de atividades decorrentes de solicitações dos beneficiários entre 2020/2021, apresenta o sucesso de produtividade no sistema de trabalho remoto.



Por todos os elementos apresentados, resta evidenciado que o trabalho de nossas gerências, desenvolvido pelos gestores e funcionários, foi imbuído de extraordinário comprometimento institucional, responsabilidade e dedicação para o alcance dos resultados com celeridade de resposta e qualidade no tratamento dos beneficiários.

C) Certidão de Tempo de Contribuição – CTC (Homologação)

CTC – Certidão de Tempo de Contribuição Homologadas no exercício de 2021:

DIRETORIA DE BENEFÍCIOS SERVIDORES PÚBLICOS - DBS								
SUPERVISÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE TEMPO - SHT								
CONTROLE DE CERTIDÕES - TODAS AS SECRETARIAS - 2021								
ACUMULADOS em 31/12/2020: 1.232								
2021	ENTRADA	SAÍDA				SALDO	PERCENTUAL DE DEVOLUÇÃO	PROCESSOS
		HOMOLOGADOS	EM EXIGÊNCIA	INDEFERIDOS	PRODUÇÃO			
JAN	917	593	407	6	1.006	-89	40,46%	1.143
FEV	975	675	393	4	1.072	-97	36,66%	1.046



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

MAR	1.001	581	324	2	907	94	35,72%	1.140
ABR	830	720	383	4	1.107	-277	34,60%	863
MAI	1.010	791	445	4	1.240	-230	35,89%	633
JUN	1.094	834	439	2	1.275	-181	34,43%	452
JUL	1.071	798	432	5	1.235	-164	34,98%	288
AGO	1.289	797	382	16	1.195	94	31,97%	382
SET	1.152	929	352	24	1.305	-153	26,97%	229
OUT	997	676	313	28	1.017	-20	30,78%	209
NOV	1.010	777	352	25	1.154	-144	30,50%	65
DEZ	1.594	770	334	13	1.117	477	29,90%	542
TOTAL	12.940	8.941	4.556	133	13.630	-690	33,43%	

Fonte: DBS – SPPREV

D) Emissão de certidão negativa de débito de contribuição previdenciária (CND)

Desde o exercício de 2014 é atividade realizada pela DAF/Diretoria de Administração e Finanças – Supervisão de Controle e Arrecadação.

A Certidão Negativa de Débito (CND) se refere ao recolhimento de contribuição previdenciária durante período de afastamento com prejuízo dos vencimentos e é utilizada pelo Órgão de Origem para fins de contagem de tempo de contribuição.

No ano de 2021 foram emitidas 529 CND's.

E) Recuperação de Crédito

Com vistas a recuperar os créditos da SPPREV de natureza previdenciária decorrentes de pagamentos indevidos, a Supervisão de Controle de Arrecadação realizou no exercício de 2021 a seguinte quantidade de atendimentos:

Tipo de atendimento	Quantidade de atendimento
Atendimento telefônico	995
Atendimento por e-mail	7.003
Comunicados, notificações e ofícios de cobrança	4.049

Fonte: DAF GFC SCA

Foram enviadas ao Banco do Brasil 7.148 solicitações de estorno bancário referentes aos valores pagos indevidamente após o óbito de beneficiários da SPPREV, nos termos da Lei Federal nº 13.846, de 18 de junho de 2019.

Consequência de todas essas atividades de cobrança realizadas pela SCA observou-se, no exercício de 2021, a recuperação do montante de R\$ 15.346.802,32 – sendo R\$ 7.585.308,18 oriundos de estorno bancário.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

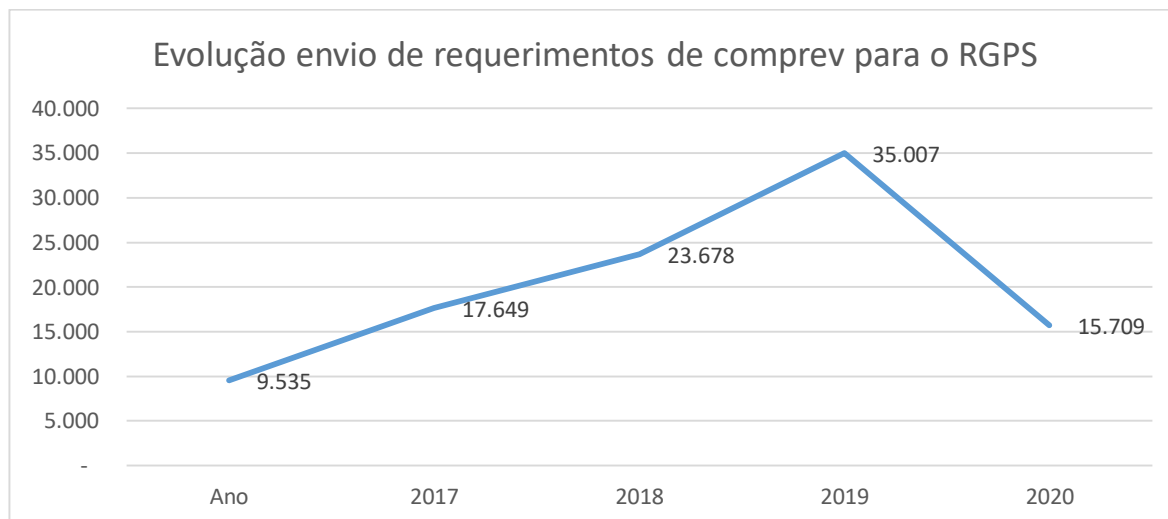
F) COMPREV – Compensação Previdenciária

Quantidade de requerimentos inseridos no sistema comprev (RPPS solicitante) - evolução últimos 5 anos

• **RGPS como Regime de Origem**

Ano	2017	2018	2019	2020	2021
Quantidade	9.535	17.649	23.678	35.007	15.709

Fonte: DAF – SPPREV



Fonte: DAF - SPPREV

• **Outros RPPS como Regime de Origem**

Com a implantação do módulo de compensação previdenciária entre Regimes Próprios em 12 de agosto de 2021 (Ofício Circular SEI nº 3053/2021), foram identificados, triados, analisados e abertos 726 requerimentos para 238 RPPS distintos, incluindo a União, de benefícios do legado (concessões por processo físico antes da criação da SPPREV).

Análise e deferimento dos requerimentos do INSS até o limite orçamentário anual concedido para a SPPREV, observando a fila de análise no novo sistema comprev.

Analisados 3.325 requerimentos Estado de São Paulo regime de origem e INSS como instituidor, sendo: 1.158 aprovados; 116 indeferidos; 1.298 exigências; 753 suspensos para verificação de vínculo ou outras pendências. As aprovações foram feitas até o limite orçamentário aprovado para a autarquia paulista.

Valores recebidos e pagos de compensação previdenciária

COMPREV - VALORES RECEBIDOS E PAGOS EM 2021 (R\$)

TIPO	CRÉDITO SPPREV	DÉBITO SPPREV	SALDO
FLUXO	136.555.243,73	38.812.986,49	97.742.257,24



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

ATRASADOS	5.188.981,10	57.240.367,94	- 52.051.386,84
ESTOQUE	378.444,92	6.723.563,49	- 6.345.118,57
TOTAL	142.122.669,75	102.776.917,92	39.345.751,83

Cadastro Tela Requerimentos COMPREV - 2021

Conforme a Portaria SPPREV nº 268/2017 os requerimentos de compensação da USP, UNICAMP, UNESP, ALESP, Defensoria Pública e do TCESP, TJSP, Tribunal de Justiça Militar e Ministério Público, devem ser por eles cadastrados no sistema de gestão de benefícios (Sigeprev).

ÓRGÃO	2020	2021
ALESP	18	4
DEFENSORIA PÚBLICA	1	-
TCESP	32	16
TJSP	1.335	1.035
UNESP	151	97
UNICAMP	254	71
USP	76	20
MINISTÉRIO PÚBLICO	-	162
TOTAL	1.867	1.405

- **Assinatura de Termo de Adesão entre Estado de São Paulo e Secretaria de Previdência/SPREV e Contratação da Dataprev para uso do sistema comprev**

Em atendimento ao Decreto Federal nº 10.188/2019, foi firmado em 01/09/2021 (número GESCON RPPS L171032/2021), Termo de Adesão ao sistema comprev, disponível em < <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-no-servico-publico/compensacao-previdenciaria/arquivos/2021/entes-que-firmaram-termo-de-adesao-documento-1.pdf>>.

Em cumprimento ao mesmo normativo, foi assinado em 23/12/2021 contrato com a Dataprev para uso do sistema comprev, pelo Processo SPREV-PRC-2021/00497, publicado no DOE de 29/12/2021.

- **Especificação para adequação e integração do Sistema de Benefícios Sigeprev com o novo sistema comprev, desenvolvido pela Dataprev**

Com a implantação do novo sistema comprev houve interrupção do envio de requerimentos pela funcionalidade de lotes, tendo sido disponibilizada pela Dataprev possibilidade de integração de sistemas 13/10/2021. Elaborada especificação técnica e testes iniciais entre o Sigeprev e o novo sistema comprev, com readequação da visão de benefícios para o controle por requerimento. Previsão de implantação dos ajustes, pela área de tecnologia da SPPREV, para 2022.

- **Homologação módulo compensação entre RPPS**

Finalizada homologação do módulo de compensação entre Regimes Próprios de Previdência, com implantação em 12 de agosto de 2021, por meio de grupo de trabalho instituído pela Secretaria de Previdência. Orientações



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

divulgadas pelo Ofício Circular SEI Nº 3053/2021/ME, disponível em <<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-no-servico-publico/legislacao-dos-rpps/oficios/oficio-circular-me-3053-2021-disponibilizacao-do-comprev-rpps-x-rpps.pdf>>. O lançamento do módulo, em parceria com a ABIPEM, contou com a participação da supervisora de compensação previdenciária, Viviane Freitas, disponível em <https://youtu.be/uVrEokjcf5c>.

G) Economia com a eliminação de pagamentos indevidos

O cancelamento de pagamento de segurados em virtude de identificação de benefícios e/ou valores de benefícios indevidamente percebidos (fraude previdenciária), fruto de cruzamentos entre as bases de dados cadastrais do SIGEPREV e outros órgãos/entidades e de ações diretas da Autarquia, gerou para os cofres do Estado de São Paulo uma economia baseada em cálculo atuarial trazido a valor presente da ordem de R\$ 359.509.879,31 (trezentos e cinquenta e nove milhões quinhentos e nove mil oitocentos e setenta e nove reais e trinta e um centavos) entre os meses de janeiro e dezembro de 2021.

Nesse âmbito e em atendimento ao art. 9º, II, da Lei nº 10.887/2004, foram dadas continuidade a medidas implantadas e/ou consolidadas no exercício anterior:

- **Sistema de monitoramento dos participantes**

A realização do recadastramento pelos beneficiários da autarquia é controlada e gerida pela Supervisão de Recadastramento de Beneficiários. O procedimento é realizado pelo beneficiário perante o atendimento da SPPREV, bem como por meio de contratos firmados com a instituição bancária (Banco do Brasil) e com a empresa NC Pinheiro, que realiza o recadastramento domiciliar dos beneficiários que apresentem dificuldades de locomoção para realizá-lo pessoalmente no banco.

No ano de 2021, em virtude da manutenção da necessidade de redução do risco de contágio pela Covid-19 entre aposentados e pensionistas da SPPREV, a obrigatoriedade do recadastramento ficou suspensa até agosto, sendo retomada em setembro. O procedimento foi regulado por meio das Portarias SPPREV 259 e 261 de 2020 e 157/2021.

Apesar da suspensão da obrigatoriedade da realização do recadastramento no ano de 2021, foram realizados 401.443 recadastramentos, sendo 385.131 no Banco do Brasil e 16.312 pelo atendimento da SPPREV e através de visitas domiciliares.

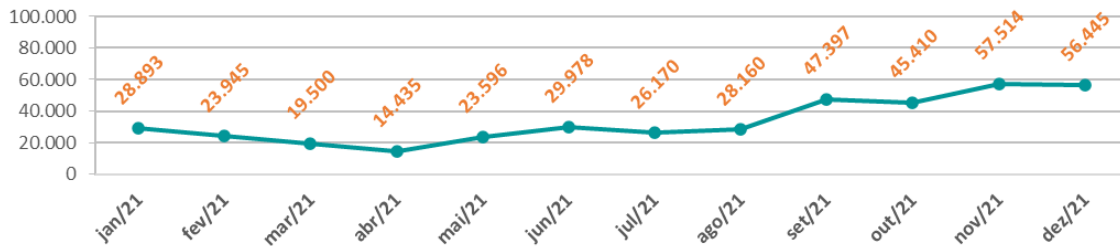
MÊS	Agência Bancária	Presencial / Domiciliar	Total Geral
jan/21	28.494	399	28.893
fev/21	23.542	403	23.945
mar/21	19.324	176	19.500
abr/21	14.323	112	14.435
mai/21	23.340	256	23.596
jun/21	29.759	219	29.978
jul/21	25.947	223	26.170
ago/21	27.855	305	28.160
set/21	45.687	1.710	47.397
out/21	42.836	2.574	45.410
nov/21	52.762	4.752	57.514
dez/21	51.262	5.183	56.445
Total Geral	385.131	16.312	401.443

Gráfico Recadastramento Anual – 2021



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

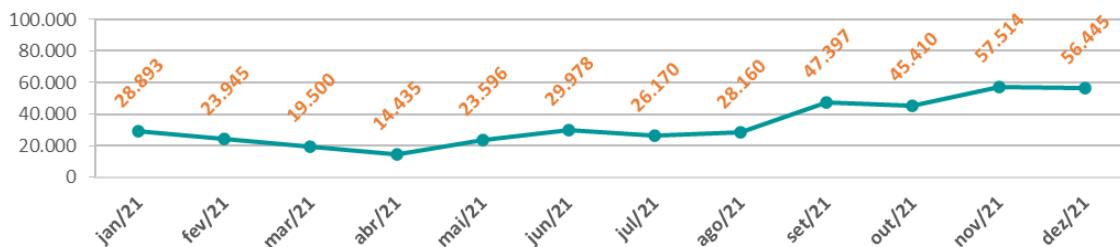
TOTAL DE BENEFICIÁRIOS RECADASTRADOS POR MÊS - 2021



Fonte: DRS - SPPREV

Gráfico por Origem do Recadastramento – 2021

TOTAL DE BENEFICIÁRIOS RECADASTRADOS POR MÊS - 2021



Fonte: DRS – SPPREV

TOTAL DE BENEFICIÁRIOS RECADASTRADOS - PRESENCIAL DOMICILIAR - 2021



Fonte: DRS - SPPREV

- **Núcleo de Inteligência Previdenciária – NIP.**

A SPPREV estabeleceu um Núcleo de Inteligência Previdenciária - NIP, que em consonância com a Lei Estadual nº 10.177/88, coordena e realiza o monitoramento dos benefícios previdenciários sob sua gestão, promovendo a prevenção e a correção das irregularidades, erros ou eventuais desvios. Atua na invalidação de benefícios no intuito de cumprir a disposição legal da Lei Federal nº 9.717/98.

Esta atividade gerou para os cofres do Estado de São Paulo uma economia baseada em cálculo atuarial trazido ao valor presente da ordem de R\$ 37.293.867,40 (trinta e sete milhões duzentos e noventa e três mil oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos) entre os meses de janeiro a dezembro de 2021 (considera efetivamente extintos – NIP).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

Pela **Diretoria de Benefícios Civis** durante o exercício de 2021 em continuidade aos trabalhos de investigação por denúncia/ indícios de fraude e auditoria dos recadastramentos anuais do Banco do Brasil obteve o resultado de instaurar 17 procedimentos de invalidação/extinção, 40 extinções / suspensões de benefícios, além de 62 processos administrativos em andamento e 42 benefícios investigados

Pela **Diretoria de Benefícios Militares** durante o exercício de 2021 foram encerradas 204 averiguações sociais, sendo 140 delas concluídas como positivas e ainda existem 123 em curso. Os procedimentos administrativos concluídos totalizam 70 casos, e existem 136 em andamento, tendo sido instaurados 114 novos no decorrer do ano.

3. Gestão Corporativa

3.1. Reestruturação Organizacional e de Cargos e Salários

A SPPREV iniciou a realização de concurso público no ano de 2019, em 15 de dezembro, mediante autorização governamental contida no Processo 1.239.756/2017 SF.

Por meio do edital do concurso foram abertas (vagas autorizadas) 14 vagas de empregos de Analista em Gestão Previdenciária e 77 vagas para o emprego de Técnico em Gestão Previdenciária. No entanto, no decorrer do exercício de 2020 houve decisão governamental determinando a suspensão dos concursos em andamento, suspensão que vigorou até 31/12/2021 de acordo com o Decreto nº 65.463/2021, que dispôs sobre medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais no contexto da pandemia da COVID-19. Até o presente momento o concurso público aguarda a autorização governamental para sua retomada.

A última reclassificação de salários do quadro funcional da autarquia ocorreu por intermédio da Lei Complementar nº 1.317 de março de 2018.

Demonstramos abaixo o comparativo do percentual de ocupação do quadro de empregados públicos permanentes da autarquia, entre os anos de 2020 e 2021

Ano de 2020

Emprego público permanente	Vagas previstas	Vagas ocupadas	% ocupação
Analista em Gestão Previdenciária	95	76	80%
Técnico em Gestão Previdenciária	300	198	66%
Total	395	274	69%

Ano de 2021

Emprego público permanente	Vagas previstas	Vagas ocupadas	% ocupação
Analista em Gestão Previdenciária	95	75	78,94%
Técnico em Gestão Previdenciária	300	195	65%
Total	395	270	68,35%

3.2. Capacitação

O ano de 2021 continuou atípico devido às medidas para o combate da pandemia do COVID-19, exigindo providências para manutenção do distanciamento social. Neste contexto foram realizados os eventos de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

capacitação contidos no quadro abaixo, promovidos por entidades governamentais e privadas.
Os eventos resultaram no total de 318 horas de capacitação, ofertadas para os 11 servidores participantes, com um índice de 28,91 horas por servidor.

Capacitação	Modalidade	Horas	Participantes	Total de Horas
Curso de Atualização - CPA 20	EAD	60	1	60
Curso de atualização - CPA 10	EAD	60	1	60
XIV Encontro Jurídico e Financeiro da APEPREM	PRESENCIAL	16	1	16
17º Congresso Estadual da Previdência da APEPREM	PRESENCIAL	16	2	32
16º Congresso Brasileiro de Gestão do Conhecimento	EAD	24	5	120
15º Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados Sobre Pregão	PRESENCIAL	30	1	30
Totais:		206	11	318

Servidores participantes	11
Total de horas de capacitação	318
Horas/servidor participante	28,91

3.3. Gestão de Suprimentos e Suporte Logístico:

A Gerencia de Suporte Logístico - GSL da SPPREV é responsável por planejar, gerenciar, coordenar e executar as atividades inerentes a compras, contratos, licitações, pregões, serviços de terceiros, transportes internos, protocolo, almoxarifado e arquivos.

Abaixo apresentamos os principais resultados da área no exercício de 2021:

Por meio da Supervisão de Suprimentos foram recepcionados 80 pedidos de compras pelo sistema interno GRP, sendo que 20 originaram Pregões Eletrônicos e 11 convites eletrônicos.

Os pregões e convites eletrônicos foram realizados por meio da BEC – Bolsa Eletrônica e Compras, e apresentaram uma economia de R\$ 5.469.926, 05 (cinco milhões quatrocentos e sessenta e nove mil novecentos e vinte e seis reais e cinco centavos) em comparação ao valor de reserva, conforme demonstrado abaixo:

	Quantidade	Valor da Reserva	Valor Adjudicado	Economia
Pregão	20	R\$ 24.694.039,27	R\$ 19.256.544,26	R\$ 5.437.495,01
Convite	11	R\$ 50.739,81	R\$ 18.308,77	R\$ 32.431,04

- Por meio da Supervisão de Licitação e Contratos foram geridos 108 contratos no ano de 2021.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

Novos Contratos por meio de pregão eletrônico	20
Novos Contratos por meio de dispensa de licitação	6
Novos Contratos por meio de inexigibilidade	2
Contratos Aditados	33
Contratos encerrados	28
Outros Contratos*	19
Total	108

*Contratos que estavam vigentes e não necessitaram ser aditados ou encerrados

3.4. Comitê Gestão do Conhecimento e Inovação.

Em 2021 foram realizadas as seguintes atividades:

- Participação no desenvolvimento dos aplicativos remotos dos serviços prestados pela SPPREV aos seus beneficiários.
- Participação em ações de divulgação e preparação dos segurados para a aposentadoria.

3.5 Inteligência Artificial

- Realização de Estudo Técnico de conformidade da folha de pagamento da SPPREV com a utilização de Inteligência Artificial, junto com FIPECAFI, com a entrega do Produto 1 – Análise da Base de Dados e Informações dos Beneficiários da SPPREV e do Produto 2 – Resultado da aplicação dos Modelos de Inteligência Artificial para as folhas: Paridade, Média e Militar.

3.6. Comunicação Institucional:

- Atendimento a demandas da imprensa;
- Produção de notícias para o público interno da autarquia (intranet e e-mail institucional);
- Produção de notícias para o portal da autarquia/público externo;
- Produção de materiais para o aplicativo da SPPREV;
- Produção de conteúdo para o Facebook da autarquia;
- Produção de newsletters enviadas a toda a Rede Executiva do Estado
- Produção de newsletters voltadas aos órgãos setoriais de Recursos Humanos;
- Envio de press releases à imprensa;
- Criação e manutenção de um blog interno com conteúdo previdenciário;
- Reuniões de desenvolvimento do novo site da SPPREV;
- Atendimento a demandas do site Reclame Aqui;
- Atualização das informações e conteúdos do site e da intranet;
- Divulgação de e-mails institucionais com orientações a respeito da COVID-19

3.7.Redução e Otimização das Despesas de Custeio

Em continuidade ao processo de revisão e otimização dos contratos de prestações de serviço, durante o exercício de 2021, o seguinte contrato foi renegociado com redução:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

1) Processo SPREV-PRC-202100565

Contratada: Thema Informática Ltda.

Objeto: Contratação de serviço de locação de sistema corporativo integrado por meio de licenciamento de direitos de uso, para a administração da SPPREV.

Redução de 1,00% sobre o valor do módulo contas a pagar, redução aplicada a partir de 01.12.2021, perfazendo o valor de redução mensal de R\$ 1.145,34 (um mil cento e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos) e anual de R\$ 13.744,08 (treze mil setecentos e quarenta e quatro reais e oito centavos).

3.8. Planejamento Estratégico

AÇÕES CONCLUÍDAS EM 2021

4. Modernizar o modelo de governança corporativa, focando em assegurar o risco mínimo, o combate a fraudes, a redução de pagamentos indevidos e o completo atendimento a todos os padrões legais e regulatórios.

4.1. Implantação da área de Controle Interno na SPPREV

4.3. Garantia da segurança das informações digitais

Objetivo 6. Fortalecer as competências organizacionais, gerando engajamento produtivo dos colaboradores, desenvolvendo uma gestão profissional de excelência.

6.5. Extensão/Melhoria do teletrabalho e trabalho remoto

AÇÕES EM ANDAMENTO

Objetivo 1. Assegurar elevado nível de satisfação dos servidores e beneficiários participantes do Regime Próprio de Previdência do Estado de São Paulo.

1.1. Busca da melhor prática de atendimento

1.2. Comunicação efetiva e integrada

1.3. Melhoria do Site SPPREV

1.4. Inserção de novas tecnologias para integração dos fluxos de trabalho

Objetivo 2. Gerir o Regime Próprio de Previdência com transparência nas ações, ética, responsabilidade social e buscando sempre o equilíbrio financeiro e atuarial.

2.1. Garantia que a SPPREV esteja em compliance com a Lei Geral de Proteção de Dados

2.2. Agilização dos processos de compensação previdenciária



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

2.3. Melhoria no gerenciamento e controle de arrecadação
2.4. Busca de melhor retorno de investimento
2.5. Elaboração de relatório de gestão atuarial
2.6. Acompanhamento dos produtos e ações aprovados na Lei Orçamentária – PP
Objetivo 3. Otimizar a operação, por meio de inovação em processos e serviços e da disseminação das melhores práticas.
3.1. Ampliação de Serviços / Canais de comunicação.
3.2. Desenvolver novos fluxos de trabalho do Sistema Sigeprev.
3.5. Implantação da gestão de boas práticas na SPPREV
Objetivo 4. Modernizar o modelo de governança corporativa, focando em assegurar o risco mínimo, o combate a fraudes, a redução de pagamentos indevidos e o completo atendimento a todos os padrões legais e regulatórios.
4.2. Retenção de conhecimento
4.4. Prevenção das fraudes previdenciárias
4.7. Utilização do fluxo do SIGEPREV para fins fiscalizatórios junto ao TCE
Objetivo 5. Consolidar um sistema de gestão previdenciária que se torne referência aos demais RPPS do Brasil.
5.1. Obtenção da certificação Pró-Gestão RPPS
5.2 Implantação da reforma da previdência
5.3. Promoção da disseminação do conhecimento sobre a Previdência
Objetivo 6. Fortalecer as competências organizacionais, gerando engajamento produtivo dos colaboradores, desenvolvendo uma gestão profissional de excelência.
6.1. Reestruturação dos processos de Gestão de Recursos Humanos
6.2. Disseminação da cultura de Gestão por Competências
6.3. Reestruturação de carreira previdenciária

3.9 Pró-Gestão RPPS



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

Para obtenção do Certificado Pró-Gestão RPPS, foram desenvolvidos e implementados os seguintes:

- Atualização dos manuais e fluxogramas dos processos de concessão, manutenção e pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão civil e elaboração dos manuais e fluxogramas dos processos de Tecnologia de Informação – TI e de Política de Investimentos.
- Estruturação da área de Controle Interno, com indicação dos seus membros. (Portarias SPPREV nº 191, de 21 de setembro de 2021 e SPPREV nº 260, de 22 de dezembro de 2021).
- Envio de toda a base de dados de segurados para o Sistema de Informações Gerenciais dos Regimes Próprios de Previdência Social – SIPREV.
- Elaboração da Política de Investimento 2021, revisão e publicação do Regimento Interno do Comitê de Investimento (Deliberação CA-SPPREV nº 1, de 11 de junho de 2021) e nomeação dos membros do Comitê (Portaria SPPREV nº 124, de 5 de julho de 2021)
- Revisão e publicação dos Regimentos Internos do Conselho de Administração (Deliberação CA-SPPREV nº 2, de 6 de agosto de 2021) e do Conselho Fiscal (CA-SPREV nº 3, de 6 de agosto de 2021).
- Realização de uma Audiência Pública com os segurados, representantes do ente federativo e a sociedade civil, em 25 de agosto de 2021, para a exposição e debates sobre o Relatório de Governança Corporativa e os resultados da Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial.
- Elaboração de cartilhas e realização de palestras e “lives” para os segurados, visando prepará-los para a aposentadoria.

4.Diretoria de Relacionamento com o Segurado, em conjunto com as demais diretorias, efetivou várias melhorias na infraestrutura do SIGEPREV - Sistema de Gestão Previdenciária e na parametrização das novas regras da Reforma Previdenciária.

SIGEPREV e DATACENTER (Colocation)

- Monitoramento do funcionamento dos ambientes Nuvem Privada e Pública Oracle (DR – Disaster Recovery e BI);
- Validação das propostas de atualizações da Infraestrutura Oracle que suporta o sistema SIGEPREV;
- Gerenciamento 24X7 horas dos serviços técnicos de manutenção da Infraestrutura Oracle Cloud Privada (ambiente Produção SIGEPREV);
- Acompanhamento das implementações e manutenções da Infraestrutura Oracle Cloud Publica (ambiente Disaster Recovery, BI, Desenvolvimento e homologação do SIGEPREV);
- Reuniões Semanais e Mensais com equipe técnica da Atlantic para tratamento das ocorrências e acompanhamento das atividades técnicas - SIGEPREV;
- Elaboração e acompanhamento de projetos técnicos contínuos para melhoria de performance e segurança SIGEPREV;
- Reuniões técnicas semanais junto ao Suporte Oracle para tratar de funções que podem trazer melhorias de performance e segurança da prestação de serviços;
- Acompanhamento e fiscalização da prestação de serviços do Datacenter Prodesp (Colocation).

e SOCIAL



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

Atendendo cronograma do governo federal, a SPPREV realizou estudo de novas versões dos arquivos e base de dados que os RPPSs- Regimes Próprios de Previdência Social deverão enviar ao novo sistema eSocial.

- Estudo de novas versões;
- Definição e criação do “Módulo eSocial” no SIGEPREV;
- Esclarecimento e reuniões com TJ – TJM – MP – TCE - ALESP e Universidades, que deverão enviar dados dos aposentados à SPPREV, que realizará a consolidação dos dados dos inativos e pensionistas para transmissão única ao eSocial.

Modernização na Infraestrutura e serviços de Tecnologia da Informação

Os pilares das atividades da área de TI continuaram focadas em alta performance, disponibilidade e segurança. Em 2021 tivemos a elaboração do edital de locação de impressoras, a implantação da nova Política de Segurança da Informação, recebimento, conferência e início de preparação de computadores novos, bem como a absorção dos contratos da IMESP pela Prodesp, negociando e ajustando os formatos de trabalho de cada contrato.

Projetos de infraestrutura

- A. Governança de TI: durante o ano de 2021 foi aprimorada a maturidade da Governança de TI conforme os processos dos modelos ITIL e COBIT. Vários processos da GTI — Gerência de Tecnologia foram revisados de acordo com as melhores práticas de Segurança e Governança de TI.
- B. Segurança da Informação: foi aprovada e implantada nova Política de Segurança da Informação e adotada nova estrutura de apresentação. A reestruturação do Comitê de Segurança de Tecnologia da Informação ficará para 2022, que trará um corpo atuante e responsável pela aplicação e evolução da política de segurança
- C. Suporte e Infraestrutura: foram realizados trabalhos técnicos e operacionais para o remanejamento de postos de trabalho, eliminando do parque os equipamentos mais antigos e melhorando os recursos instalados para os servidores.
- D. Novos computadores: preparação de computadores para renovar 30% do parque de máquinas, com modernização de hardware e software, compatibilizando sistemas legados e configurações em rede.
- E. Assessoramento em Tecnologia:
Atividades executadas em conjunto com diversas áreas da Autarquia, auxiliando esses setores em demandas relacionadas à Tecnologia da Informação, sendo algumas delas.
 - Participação nas ações do novo plano estratégico da SPPREV;
 - Acompanhamento a auditorias internas e externas;
 - Participação dos membros da GTI - Gerência de Tecnologia e Informação em grupos de trabalho da Autarquia.

Estrutura Administrada

- Parque de máquinas: 657 em uso e 236 em reserva técnica
- Usuários ativos de rede: 663 (Funcionários, estagiários e prestadores de serviço);
- Redes de dados: 15: 1 Sede e 14 Regionais, monitoradas e gerenciadas remotamente;
- CPD Sede: 40 servidores: 10 físicos e 34 virtuais, backup realizado com replicação de servidores;
- CPD Colocation PRODESP: 31 servidores: 10 físicos e 21 virtuais;
- Backup diário (total): 2105 GB;
- Telefonia: 696 ramais: 108 digitais e 588 analógicos.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

Projetos desenvolvidos recentemente

- Implantação e sustentação da VPN para todos os funcionários durante o início da pandemia, propiciando o trabalho remoto e a ampliação do teletrabalho pela autarquia
- Renovação da Política de Segurança da Informação, atualizando e ampliando as ferramentas de controle da segurança
- Reestruturação contratual na locação e gestão das impressoras, visando aprimoramento no controle das impressões e segurança das informações, ao mesmo tempo que otimiza custos

Projetos em desenvolvimento

- Aprimoramento da forma de contratação dos serviços de gestão operacional e apoio à governança de TI, que são os principais contratos que suportam as atividades da GTI
- Modernização da estrutura provedora de hospedagem de serviços e servidores da SPPREV, realizando POC de parte da estrutura no ambiente AWS
- Implantação efetiva do Comitê de Segurança da Informação e seus processos de gestão da segurança da informação na Autarquia
-

DIMENSÕES DA INFRAESTRUTURA DE TI

Estações de Trabalho



767

Servidores



54

Impressoras



66

Bancos de Dados



37

Sistemas e Serviços



50

Links



13

- Digitalização

Aproximadamente 2.350.000 páginas digitalizadas e disponibilizadas para consulta;

Estudo para avaliação da alteração do sistema de digitalização visando melhorar a integração, indexação e consulta de documentos;

Controle, agendamento e emissão/renovação de certificados digitais.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

Folha de Pagamento

Processamento de mais de seis milhões de pagamentos em 2021 que envolvem recursos e insumos de entrada, como a carga de informações externas do SEADE, SISOB, CIAF, PRODESP, IAMSPE e CIP;

Otimização dos processos que fornecem insumos de saída, como os relatórios de folha de pagamento, relatórios financeiros, informativos e de controle para análise de benefícios;

Aplicações de critérios massivos, como reajustes e reenquadramentos de classes;

Aplicação dos seguintes reajustes: Índice UFESP; Benefício Previdenciário; Teto do RGPS e do Salário-Mínimo;

Implantação de nova sistemática para descontos do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE;

Manutenção e melhoria para o aplicativo SPPREV que conta com as seguintes funcionalidades:

- a) Consulta de demonstrativo de pagamento;
- b) Consulta de informe de rendimentos;
- c) Primeiro acesso;
- d) Esqueci a senha;
- e) Cadastro/alteração de endereço;
- f) Cadastro/alteração de e-mail.

• **SIGEPREV (Sistema de Gestão Previdenciária)**

Idealização e desenvolvimento de toda a estrutura para a realização do Censo Previdenciário a ser realizado a partir de 1º de janeiro de 2022, composto de duas fases, sendo a primeira a Atualização Cadastral Online e a segunda o Recadastramento;

Desenvolvimento do Painel do Recadastramento para facilitar a consulta e obter detalhes dos recadastramentos realizados pelos beneficiários da Autarquia;

Abertura e acompanhamento de Tickets e Tasks, para a correção de problemas pontuais apresentados pelo sistema e no desenvolvimento das funcionalidades do mesmo;

Fornecimento de relatórios solicitados pelas áreas fins e pela área administrativa;

Início do desenvolvimento de um módulo de controle de todos os arquivos recebidos e gerados para cadastro e pagamento dos beneficiários;

Realização de ajustes nos relatórios de auditoria/controle de folha;

Contínua alimentação do SIGEDOC, atualizando a evolução Financeira da Folha SPPREV, Informativo GPR e Manuais do Sistema;

Seguem algumas informações disponíveis no SIGEDOC:

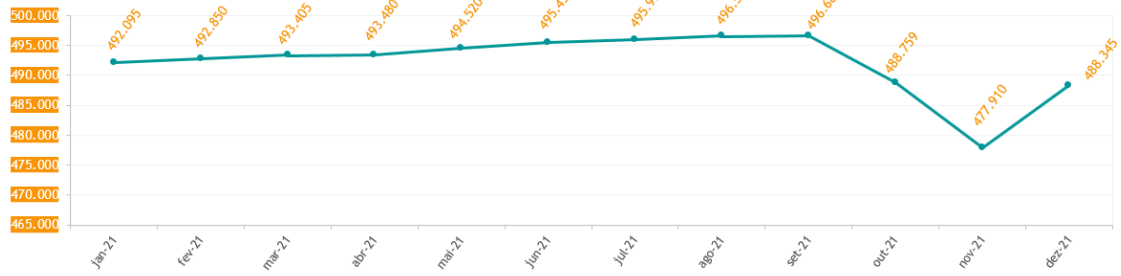


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

EVOLUÇÃO QUANTITATIVA JAN – DEZ 2021

EVOLUÇÃO QUANTITATIVA DE BENEFICIÁRIOS PAGOS NA FOLHA - ANO 2021

Quantidade de Beneficiários

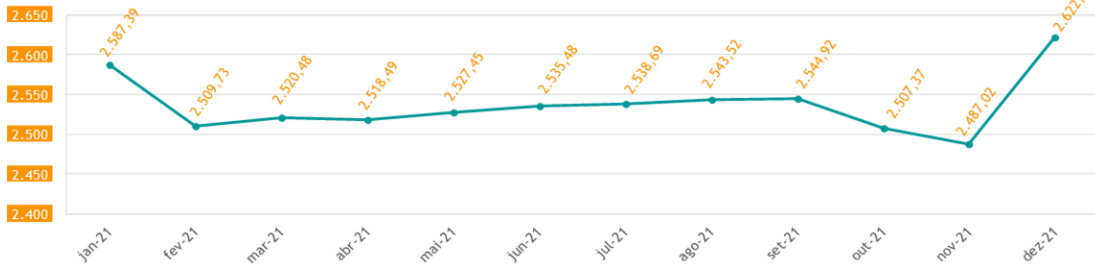


Fonte: DRS - SPPREV

EVOLUÇÃO FINANCEIRA JAN – DEZ 2021

EVOLUÇÃO FINANCEIRA - ANO 2021

Valores em Bilhões



Fonte: DRS – SPPREV

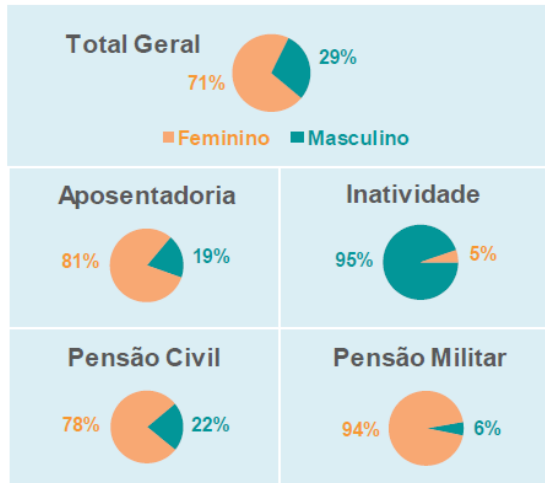


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

BENEFICIÁRIOS POR GÊNERO E GEOLOCALIZAÇÃO (Até Dezembro/21)

BENEFICIÁRIOS POR GÊNERO

Porcentagem de beneficiários por gênero e tipo de benefício.



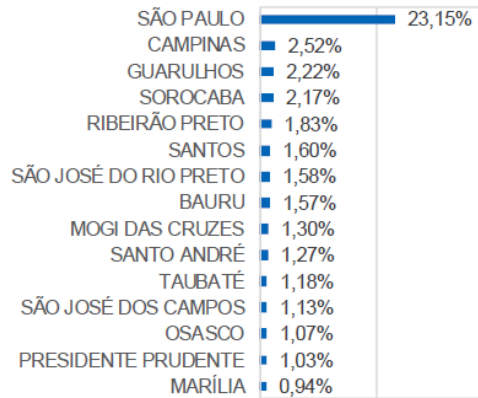
Fonte: Banco de dados do SIGEPREV – BI.

GEOLOCALIZAÇÃO

Porcentagem de beneficiários divididos pela geolocalização.

97% dos beneficiários residem no Estado de São Paulo.

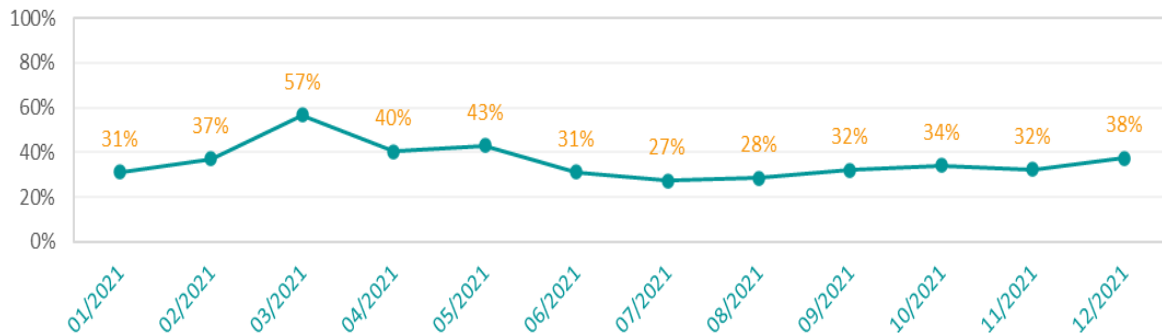
GRANDES CIDADES / MUNICÍPIOS - SP



Fonte DRS – SPPREV

QUANTIDADE DE ACESSOS AUTOATENDIMENTO JAN-DEZ 2021

PORCENTAGEM DE ACESSOS DE BENEFICIÁRIOS CONSIDERANDO O TOTAL DE BENEFICIÁRIOS NO MÊS

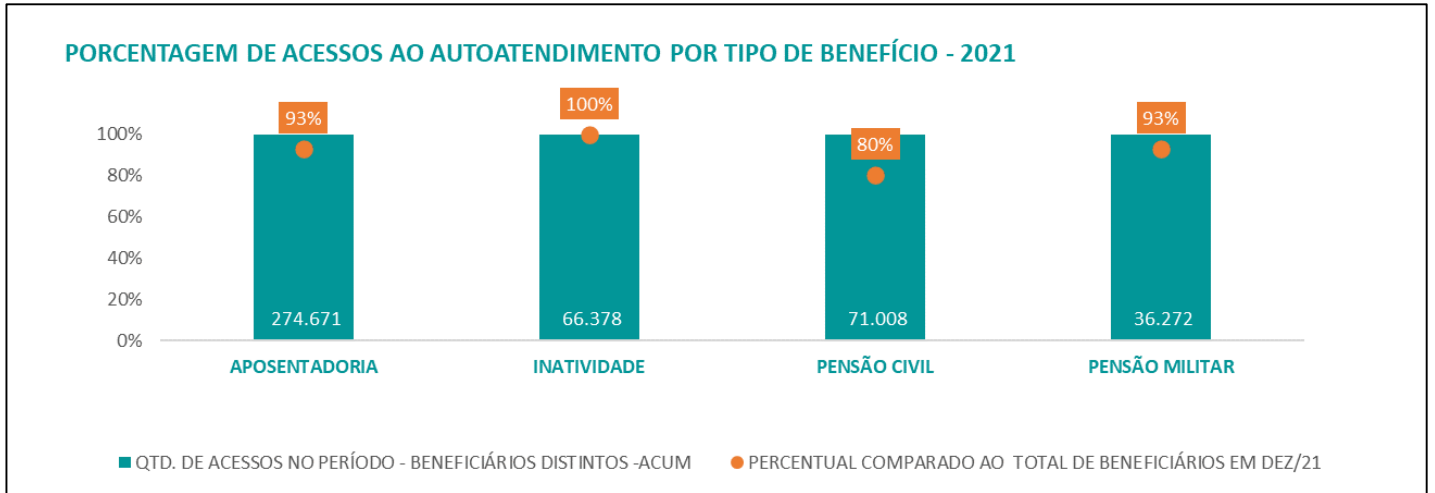


Fonte:DRS -SPPREV



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

QUANTIDADE ANUAL DISTINTA DE ACESSOS AUTOATENDIMENTO – 2021



Fonte: DRS SPPREV

Tabela de Apoio

moderno	
Tipo de Benefício	Qtd. Beneficiários DEZ/21
Aposentadoria	294.763
Inatividade	66.378
Pensão Civil	88.335
Pensão Militar	38.869
Total Geral	488.345



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

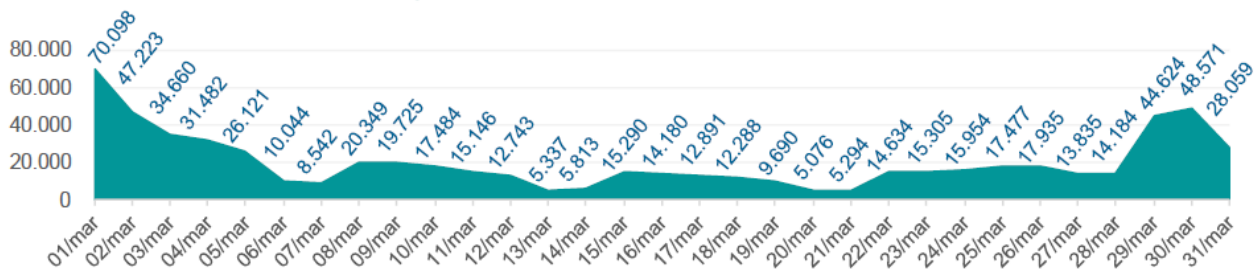
QUANTIDADE DE ACESSOS AUTOATENDIMENTO POR DIA
Referência março/2021 (mês com a maior quantidade de acessos).

SITE SPREV - ACESSOS POR DIA - AUTOATENDIMENTO

Quantidade de acessos no autoatendimento do SIGEPREV, considerando que um beneficiário pode ter acessado mais de uma vez.

TOTAL 630.054 ACESSOS

Período: de 01 a 31MAR2021.
Fonte: Banco de dados do SIGEPREV.



PORCENTAGEM DE BENEFICIÁRIOS QUE ACESSARAM O AUTOATENDIMENTO AO MENOS UMA VEZ NESSA COMPETÊNCIA:

57% Aposentadoria

76% Inatividade

41% Pensão Civil

55% Pensão Militar

Fonte: DRS – SPPREV

APLICATIVO SPPREV - JAN-DEZ/21

INFORMATIVO GPR

ACESSOS APLICATIVO SPPREV

APLICATIVO SPPREV

DADOS ATÉ DEZ/2021



APLICATIVO SPPREV - DOWNLOADS

Dados coletados de junho até dezembro de 2021.



Mais de

87.000



Downloads do aplicativo SPPREV.

Fonte: dados aproximados extraídos das plataformas [Apple Store](#) e [Google Play](#).

DADOS DO APLICATIVO

- 🚩 Lançamento: 30/MAI/2018.
- 📱 Atualização mais recente: 26/JAN/2022.
Versão: 1.2.3.

FUNCIONALIDADES E NOVIDADES

- Consulta Demonstrativo de Pagamento;
- Consulta Informe de Rendimentos;
- Atualização de endereço residencial;
- Atualização de endereço de e-mail.

Fonte: DRS -SPPREV



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

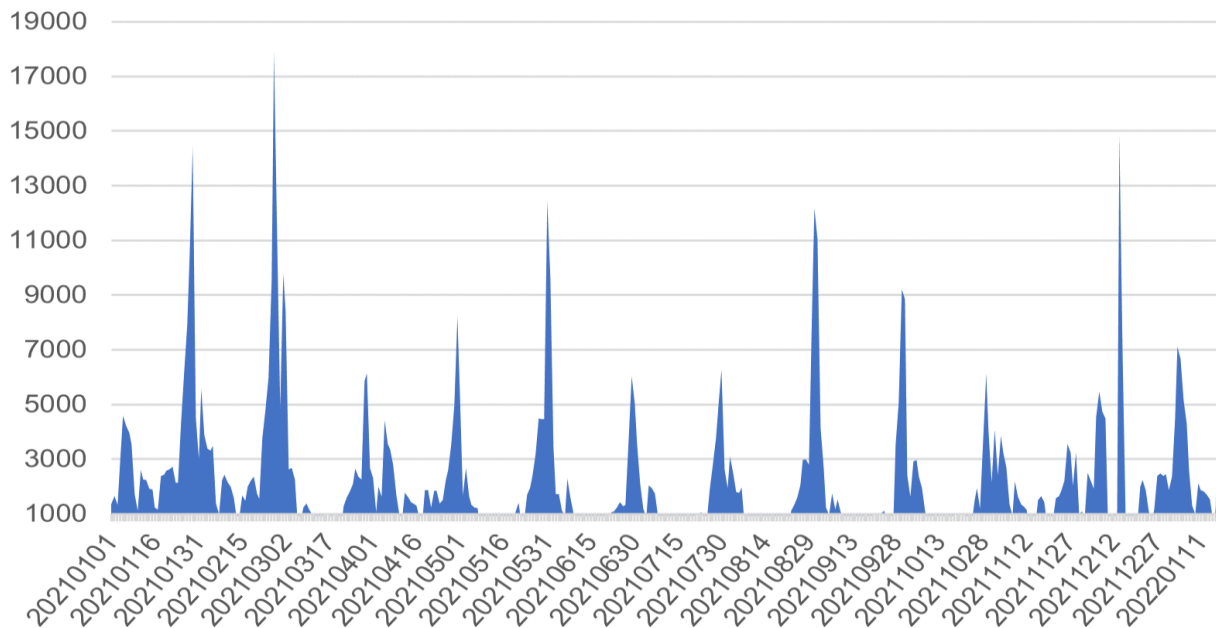
APLICATIVO SPREV - QUANTIDADE DE ACESSOS

QUANTIDADE DE ACESSOS NO APLICATIVO SPPREV NO PERÍODO

Quantidade de acessos no aplicativo do SPPREV, considerando que um beneficiário pode ter acessado mais de uma vez (distintos por hora)

TOTAL 614.072 ACESSOS

Período: de 01 a 31DEZ2021.
Fonte: Banco de dados do SIGEPREV.

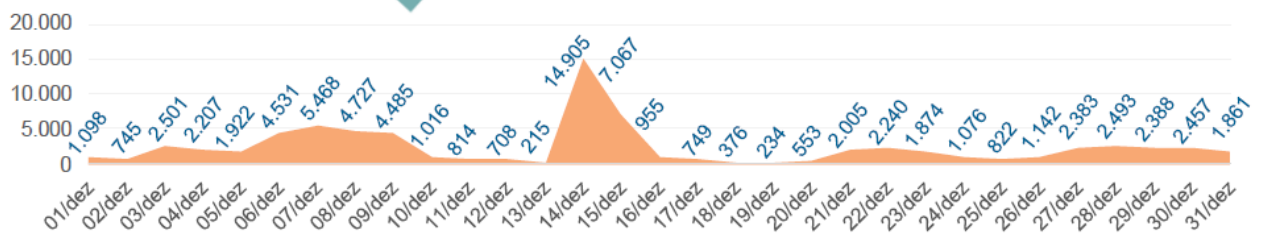


APLICATIVO SPPREV - ACESSOS POR DIA

Quantidade de acessos no aplicativo do SIGEPREV, considerando que um beneficiário pode ter acessado mais de uma vez.

TOTAL 55.131 ACESSOS

Período: de 01 a 31DEZ2021.
Fonte: Banco de dados do SIGEPREV.



Fonte: DRS - SPPREV



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

5. Relacionamento com Segurado – Atendimento Sede e Regional

Em 2021, com a continuidade do Decreto de calamidade pública, devido à pandemia do coronavírus, a Gerência de Relacionamento teve como principal desafio continuar a oferecer com excelência atendimento aos beneficiários da São Paulo Previdência.

Destaca-se que em um período de incertezas e indefinições em meio à diminuição e posteriormente aumento do contágio da doença, **o atendimento presencial aos beneficiários não cessou em nenhum momento**, diferenciando a Autarquia da maioria dos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal que oferecem o mesmo tipo de serviço.

A fim de priorizar os casos essenciais, os beneficiários que tiveram seus pagamentos suspensos ou precisaram entrar com pedido inicial de pensão por morte foram prioritariamente atendidos **através do atendimento virtual**.

Uso obrigatório de máscaras, medição de temperatura, protetor facial, barreiras de proteção, adesivos e fitas demarcadoras de distanciamento social e totens de álcool gel foram algumas das medidas executadas pela SPPREV no intuito da prevenção junto a todos os postos de atendimento presencial.

Atividades executadas:

- Análises técnicas de pensões civis;
- Análises de decisão de pensões civis;
- Análises técnicas de pensões militares;
- Análises de decisão de pensões militares;
- Recadastramento;
- Alterações de conta corrente e cadastro civil;
- Alterações de conta corrente e cadastro militar;
- Elaboração de respostas sobre revisão de pagamento de aposentadorias;
- Confecção e emissão de Declaração de Aposentadoria, Declaração de Inexistência de Benefício, Declaração de viagem terrestre, Declaração de PIS/PASEP no ato do atendimento;
- Atendimento às demandas relacionadas ao Portal do Consignado;
- Atendimento às demandas de Correios;
- Atendimento às demandas de Atendimento Virtual;
- Acompanhamento do fluxo de Certidão Negativa de Débitos;
- Auxílio Funeral aos dependentes de aposentados do IPESP;
- Auxílio prestado à DAF/SCA com a absorção de demandas referentes à Recuperação de Crédito;
- Protocolos de saldo de extinção de aposentadoria – iniciados e concluídos nos Escritórios Regionais;

Ações de Melhorias:

A- Sede:

- Treinamento contínuo junto às equipes de atendimento e absorção dos novos fluxos do Sistema de Gestão Previdenciária de acordo as mudanças e diretrizes da nova legislação previdenciária;
- Ampliação do acesso ao sistema VPN para os técnicos e analistas em gestão previdenciária desempenharem as atividades remotamente;
- Ampliação do número de atendimentos via agendamento;
- Adequação, de acordo com a demanda, do agendamento dos serviços oferecidos pela São Paulo Previdência junto à Prodesp diretamente no site do Poupatempo, com o intuito de facilitar o acesso das informações ao público em geral;
- Cessão de funcionários terceirizados às áreas fins, com a finalidade de auxílio na triagem e recepção de documentos, desta forma disponibilizando maior tempo aos servidores para execução das atividades fins da Autarquia;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

- Atualização do sistema “Fale Conosco”, através de treinamento junto ao Call Center, sobre novos procedimentos e demais mudanças na legislação;
- Realização de trabalho contínuo junto à Comunicação da SPPREV, propondo melhorias, compartilhando ideias, a fim de adequar as divulgações sobre nosso atendimento às novas situações que surgiam semanalmente devido à pandemia;
- Revisão e adequação do Comunicado DRS 01/2020;
- Solicitação de criação do Fluxo de Pensão no AutoAtendimento;
- Requisição de compra de itens e equipamentos necessários para a prevenção do contágio pela Covid-19, como barreiras protetoras para o atendimento, termômetros, entre outros;
- Atualização de todo inventário de patrimônio disponível na sede.

B- Escritórios Regionais:

- Manutenção dos serviços de vigilância e limpeza nos Escritórios Regionais;
- Ampliação do número de atendimento via agendamento;
- Ampla utilização do canal de atendimento virtual, recepcionando demandas e documentações e encaminhando diretamente ao setor responsável;
- Reestruturação da equipe de analistas e técnicos para atuação direta nas demandas de pensão inicial por morte advindas do canal de atendimento virtual, a fim de auxiliar às áreas fins;
- Ampliação do acesso ao sistema VPN para os técnicos e analistas em gestão previdenciária desempenharem as atividades remotamente;
- Atualização contínua do Portal GRE, visando disseminar as atualizações de procedimentos e aprimorar acesso à informação pelos servidores que prestam atendimento ao público;
- Realização de manutenção nos Escritórios por meio de revisão elétrica e hidráulica, limpeza e troca de aparelhos de ar condicionado de acordo com a necessidade local;
- Incentivo aos funcionários lotados nos Escritórios Regionais para que participem, quando possível, de cursos, palestras e grupos de trabalho na sede, a fim de que haja inclusão e compartilhamento de experiências e conhecimentos;
- Início das tratativas para a mudança do Escritório Regional de Franca para a Secretaria da Fazenda;
- Renovação dos Convênios firmados com a Prodesp para funcionamento dos Postos de Atendimento nos Postos Poupatempo;
- Atualização de todo inventário de patrimônio disponível nos Escritórios Regionais

C- CALL CENTER:

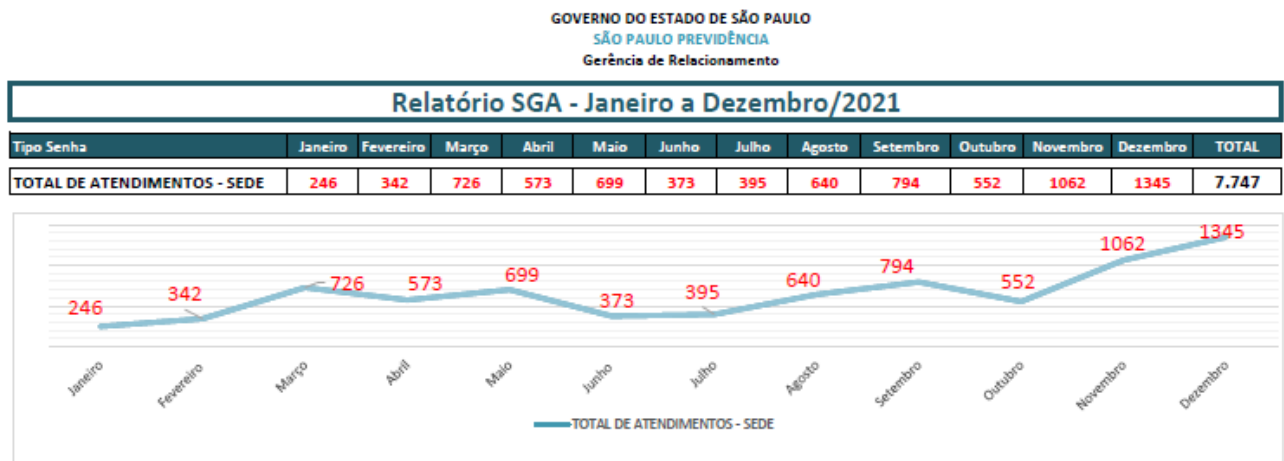
- Ampliação da grade de horários de agendamento de atendimento na Sede e Escritórios Regionais;
- Desbloqueios de senhas e logins via telefone utilizando procedimento e métodos de segurança de informação;
- Atualização contínua da URA;
- Desenvolvimento de novos relatórios pela equipe de Call Center a fim de oferecer informações e embasamento para a tomada de decisões e execução de novas ações durante a pandemia.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

- Relatórios mensais

Atendimentos presenciais realizados na Sede – JAN – DEZ 2021



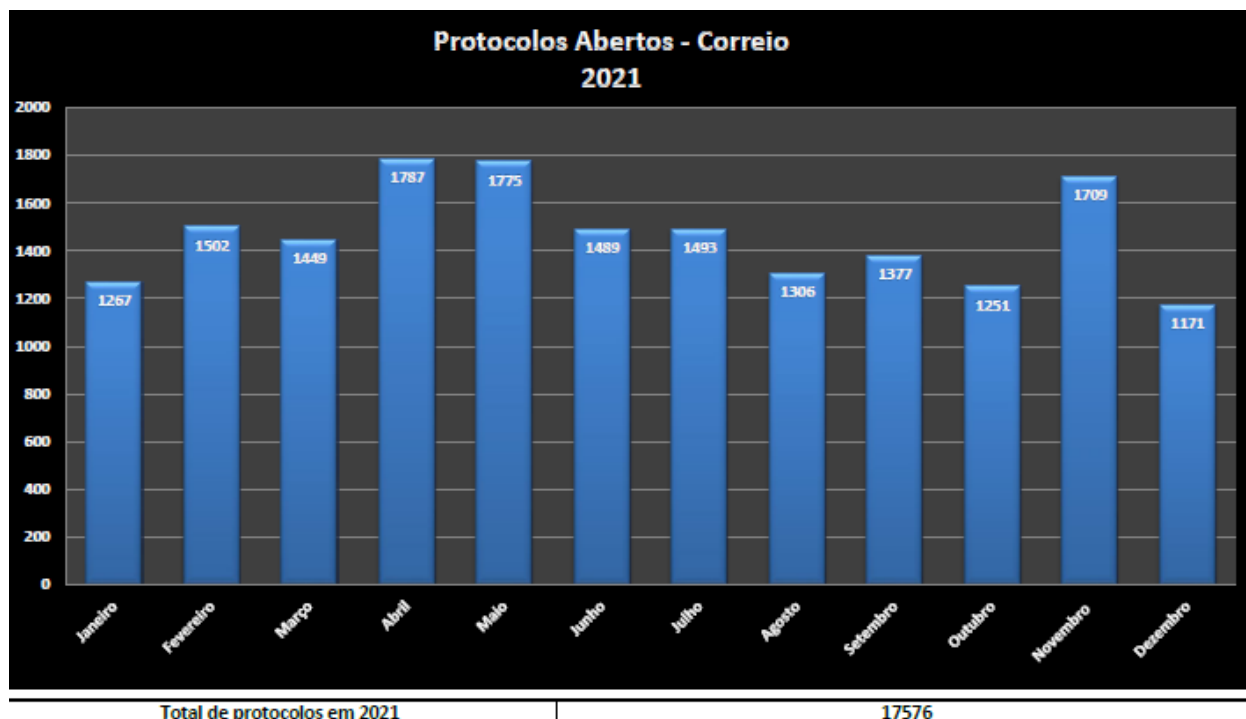
20/03/2020 - Decreto 64.879 - Calamidade Pública - Coronavírus

26/02/2021 - Início da Entrega de Informes de Rendimentos - Prazo final da Receita Federal para Entrega de IR prorrogado para 31/05

01/09/2021 - Volta do Recadastramento Obrigatório

Fonte: DRS - SPPREV

Protocolos Abertos via recepção de documentos por Correios em 2021:



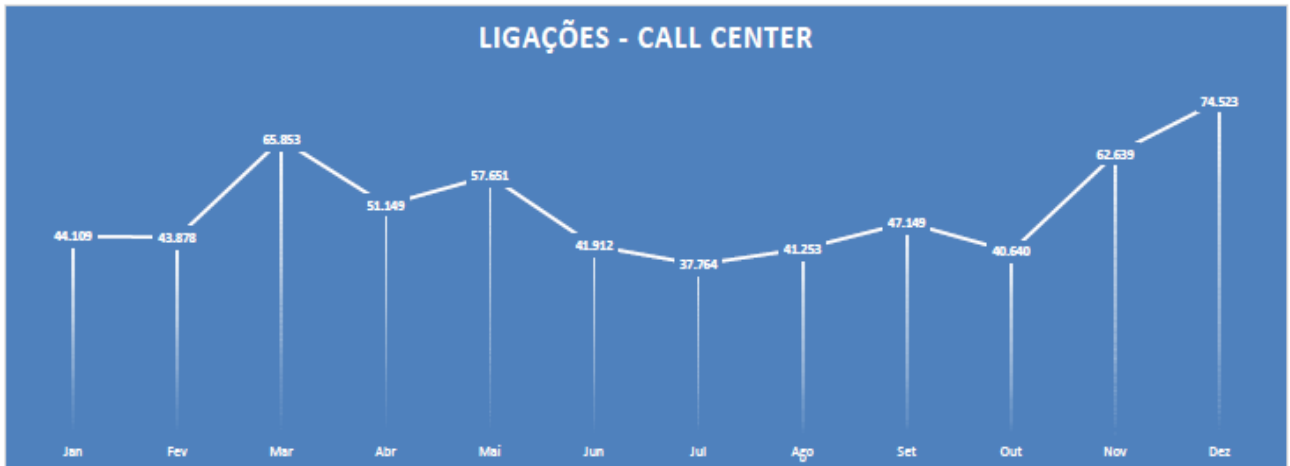
Fonte: DRS - SPPREV



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

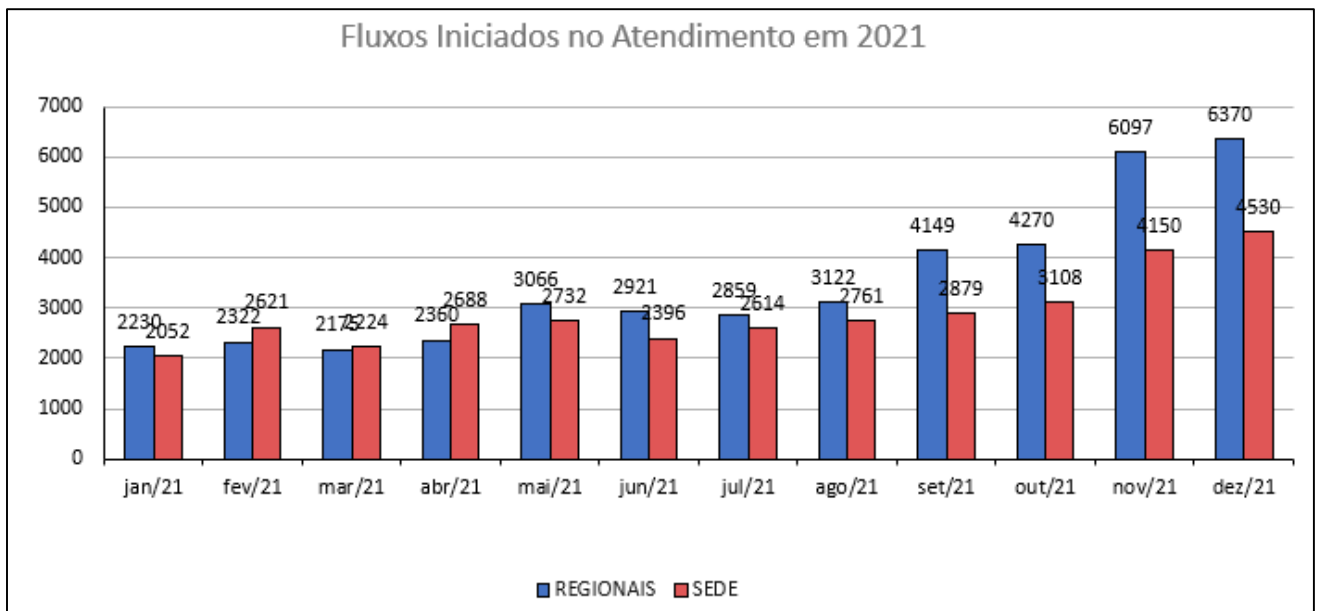
• Ligações recebidas no Call Center – 2021:

ATENDIMENTO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Ligações - Call Center	44.109	43.878	65.853	51.149	57.651	41.912	37.764	41.253	47.149	40.640	62.639	74.523	608.520



Fonte:DRS - SPPREV

FLUXOS SIGEPREV INICIADOS NO ATENDIMENTO 2021 – SEDE E REGIONAIS



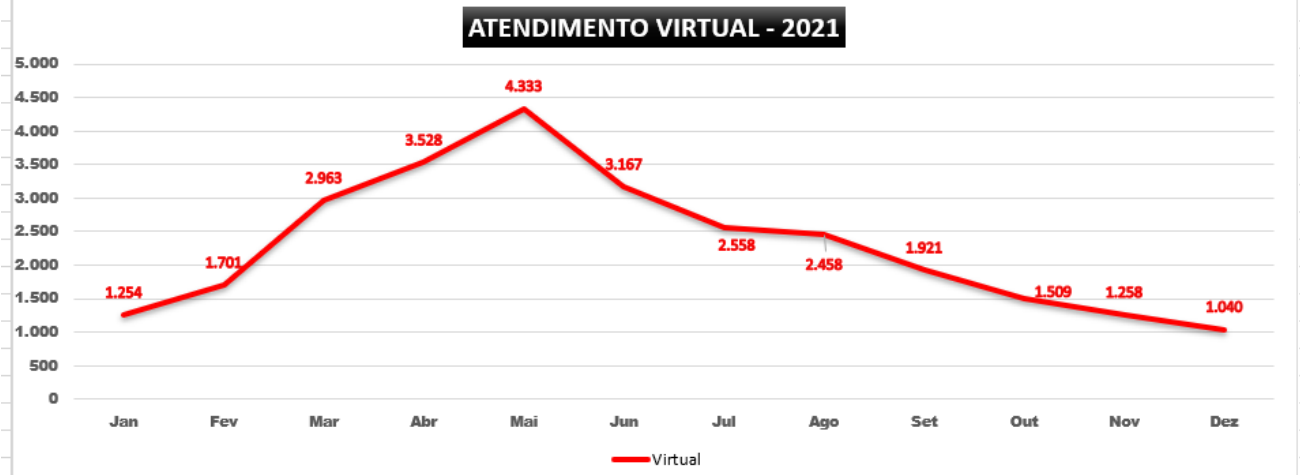
Fonte:DRS - SPRPEV



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

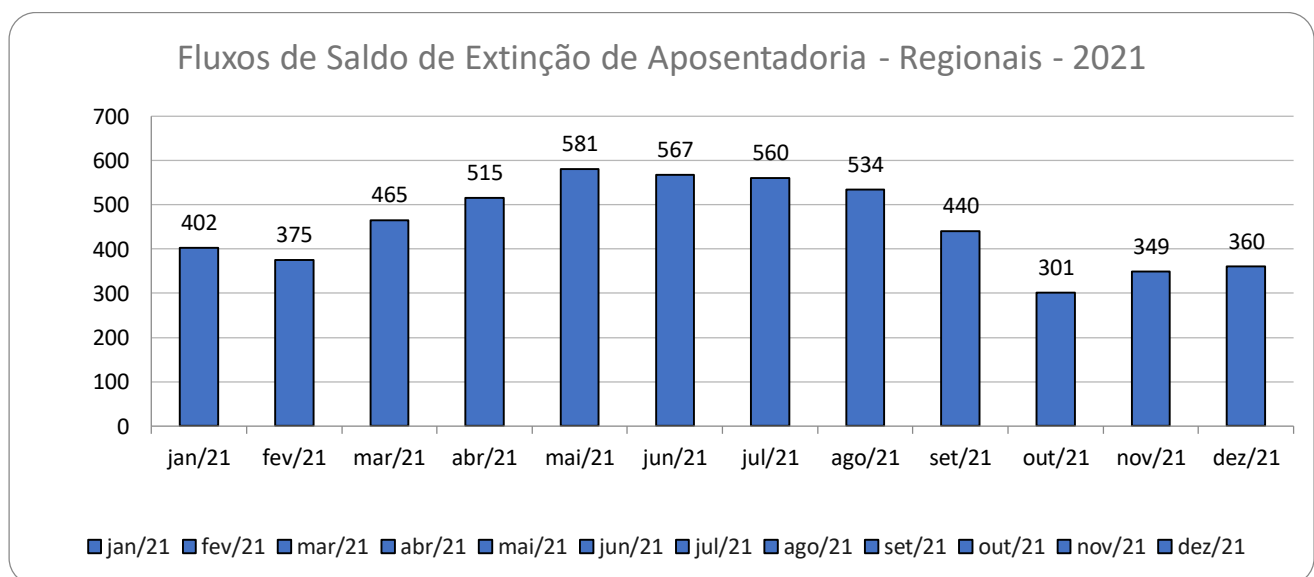
SOLICITAÇÕES RECEBIDAS VIA ATENDIMENTO VIRTUAL EM 2021

ATENDIMENTO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Virtual	1.254	1.701	2.963	3.528	4.333	3.167	2.558	2.458	1.921	1.509	1.258	1.040	27.690



Fonte: DRS - SPPREV

Fluxo de Saldo de Extinção de Aposentadoria concluídos nos Escritórios Regionais em 2021:



Fonte: DRS - SPPREV

6. Ações Futuras



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

- Desenvolvimento de fluxos de concessão de pensão, recadastramento universitário, agendamento de visita domiciliar e recadastramento de residentes no exterior de forma online, diretamente pelo interessado via autoatendimento;
- Atuar em conjunto com Banco do Brasil para o desenvolvimento de novas alternativas para o recadastramento anual dos beneficiários, tornando o procedimento mais seguro e possibilitando em futuro próximo a realização do recadastramento por meio de aplicativo com a utilização de biometria;
- Criação de Módulo Gestão de Arquivos, visando automatizar o controle de recebimento e envio de arquivos.
- Tratativas para operacionalização da transferência do processamento da folha de pagamento dos inativos do Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Alesp, Ministério Público e Universidades;
- Continuidade da capacitação dos servidores e público externo (RH's) das alterações previdenciárias em virtude da Reforma Previdenciária no aspecto legislação, procedimentos e alterações no fluxo de concessão;
- Projeto de abertura de fluxo único de isenção de Imposto de Renda para benefícios civis / militares;
- Novo fluxo de revisão de aposentadoria;
- Apresentação da Portaria SPPREV referente ao Decreto 65.964/2021

7. Programa 2021 – Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual

Apresentamos detalhado o Quadro com os dados do Programa 2021 - Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual:

Despesa do programa por Categoria Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Liquidada (*)	R\$ 1
				% de Execução Realizado/Previsto
Programa	R\$ 40.230.883.421	R\$ 39.471.415.556	R\$ 36.831.224.658	93,31%
Despesas correntes	R\$ 40.229.941.889	R\$ 39.470.474.024	R\$ 36.830.366.774	93,31%
Despesa de capital	R\$ 941.532	R\$ 941.532	R\$ 857.884	91,12%

Fonte: SIGEO/SP

* Valor incluído os lançamentos de inscrição em restos a pagar não processados

O Programa 2021 – Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual tem como objetivo gerir o Regime Próprio de Previdência do Estado de São Paulo e o Sistema de Proteção Social dos Militares, assegurando a concessão, manutenção e o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão. O programa é composto por duas ações orçamentárias e uma ação não orçamentária.

Ações orçamentárias:

Ação 5752 – Administração da São Paulo Previdência

Ação voltada para a Administração da Sede da São Paulo Previdência e de seus postos regionais. A execução orçamentária da ação, em 2021 foi de 83,03%.

Ação 5753 – Concessão e Pagamento de Benefícios

Ação direcionada para a atividade fim da SPPREV, cujo produto proposto é a quantidade de pagamentos mensais efetuados de aposentadorias e pensões.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

Em 2021 foram efetuados 473.435 pagamentos mensais (aposentadorias e pensões), quantidade correspondente ao fechamento do exercício.

A meta física estabelecida na LOA para o ano foi de 536.984 pagamentos mensais efetuados, a ação atingiu 88,17% dessa meta.

Quanto à execução orçamentária da ação, em 2021 foi de 93,34%.

Na meta física estabelecida, havia a expectativa de absorver as folhas dos inativos das Universidades Paulistas neste exercício (USP, Unicamp e UNESP), esse processo não foi concluído no exercício e encontra-se em andamento conforme Portaria Cruesp-2, de 7-7-2020, alterada pela Portaria Cruesp-6 de 10.11.2020.

Ações não orçamentárias:

Ação 8185 – Prevenção e Combate a Fraudes Previdenciárias, cujo produto é o valor economizado atuarialmente com pagamentos indevidos (extintos) e que gerou uma economia de R\$ 222,77 milhões no exercício de 2021, superando a meta estabelecida para o ano em R\$ 52,77 milhões.

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

R\$ 1

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)*	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	40.229.941.889	39.470.474.024	36.819.740.050	10.626.723	36.830.366.7734	39.766.726.856
Pessoal e Encargos Sociais	40.143.679.820	39.384.211.955	36.762.721.649	-	36.762.721.649	39.704.337.153
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	86.262.069	86.262.069	57.018.401	10.626.723	67.645.125	62.389.703
Despesas de Capital	941.532	941.532	517.342	340.542	857.884	521.744
Investimentos	941.532	941.532	517.342	340.542	857.884	521.744
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização de Dívida	-	-	-	-	-	-
Despesa Total	40.230.883.421	39.471.415.556	36.820.257.392	10.967.265	36.831.224.658	39.767.248.600

Fonte: SIGEO/SP



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

R\$ 1

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)*	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
09122202157520000 - ADMINISTRAÇÃO DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA	128.555.978	128.555.978	95.972.594	10.772.784	106.745.379	101.054.637
Despesas Correntes	127.614.446	127.614.446	95.455.252	10.432.242	105.887.495	100.532.893
Despesas de Capital	941.532	941.532	517.342	340.542	857.884	521.744
09272202157530000 - CONCESSÃO E PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS	40.102.327.443	39.342.859.578	36.724.284.798	194.481	36.724.479.279	39.666.193.963
Despesas Correntes	40.102.327.443	39.342.859.578	36.724.284.798	194.481	36.724.479.279	39.666.193.963
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
Despesa Total	40.230.883.421	39.471.415.556	36.820.257.392	10.967.265	36.831.224.658	39.767.248.600

Fonte: SIGEO/SP

* Valor excluindo os lançamentos de inscrição em restos a pagar não processados

8. Benefícios Previdenciários

Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Liquidada	% Liquidação
Despesa Previdenciária	40.102.327.443	39.342.859.578	36.724.479.280	93%
Aposentadoria	31.853.697.058	31.621.571.344	29.506.719.800	93%
Pensões	7.784.380.365	7.397.038.214	6.979.322.869	94%
Despesas exerc. Anteriores	360.000.000	220.000.000	135.430.930	62%
Outras Despesas Correntes	104.250.020	104.250.020	103.005.680	99%

Fonte: DAF-GFC

PROPORÇÃO DA DESPESA PREVIDENCIÁRIA

Proporção de Despesa Previdenciária

Tipo	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Aposentadoria	75%	75%	75%	75%	76%	76%	77%	77%	77%	78%	79%	79%	79%	81%
Pensão	25%	25%	25%	25%	24%	24%	23%	23%	22%	22%	21%	21%	21%	19%

Fonte: DAF-GFC



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

DESPESA ANUAL SPPREV

DESPESA PREVIDENCIÁRIA ANUAL SPPREV (R\$ 1.000)				
Ano	Aposentadoria	Pensão	Outras despesas	Total
2008	9.795.669	3.229.727	14	13.025.410
2009	10.539.575	3.520.804	16	14.060.395
2010	11.416.763	3.876.718	387	15.293.868
2011	13.150.409	4.354.438	2.757	17.507.604
2012	15.898.066	5.030.252	19.309	20.947.627
2013	17.552.450	5.554.253	22.575	23.129.278
2014	19.422.913	5.902.676	29.534	25.355.123
2015	21.469.115	6.403.888	35.051	27.908.054
2016	23.016.494	6.689.541	59.110	29.765.145
2017	24.457.088	6.979.686	37.493	31.474.267
2018	26.901.946	7.281.290	59.007	34.242.243
2019	28.860.757	7.527.410	71.949	36.460.116
2020	33.335.515	8.769.817	253.282	42.358.614
2021	29.600.358	7.021.130	103.006	36.724.493

Fonte: DAF-GFC

9. Receita proveniente da participação no resultado ou compensação financeira pela exploração de Petróleo e Gás Natural

ROYALTIES

Por meio da Lei nº 16.004, de 23 de novembro de 2015, a qual dispõe sobre a destinação da receita proveniente da participação no resultado ou compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural ao Fundo com Finalidade Previdenciária da São Paulo Previdência, esta autarquia passou a receber, a partir do mês de dezembro de 2015 valores advindos de tal atividade.

No exercício de 2021 foram recebidos R\$ 2.412.717.246,15 - distribuídos da seguinte forma:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

Royalties e Participação Especial – Quota parte do Estado SPPREV 2021			
Mês	Royalties (1)	Participação Especial (2)	Total
Janeiro	16.418.907,26	-	16.418.907,26
Fevereiro	46.642.789,44	196.426.080,55	243.068.869,99
Março	57.750.327,38	-	57.750.327,38
Abril	58.582.251,43	298.082,43	58.880.333,86
Mai	72.112.527,12	410.451.464,63	482.563.991,75
Junho	70.726.817,04	-	70.726.817,04
Julho	73.089.674,49	-	73.089.674,49
Agosto	73.279.639,57	478.605.799,66	551.885.439,23
Setembro	76.658.838,71	-	76.658.838,71
Outubro	79.151.155,78	-	79.151.155,78
Novembro	73.592.128,73	539.043.311,95	612.635.440,68
Dezembro	89.887.449,98	-	89.887.449,98
Total	787.892.506,93	1.624.824.739,22	2.412.717.246,15

(1) O Royalty é uma compensação financeira devida à União pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro: uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos não renováveis (Fonte: ANP).

(2) A participação especial é uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção. Para apuração da participação especial sobre a produção de petróleo e de gás natural, alíquotas progressivas, que variam de acordo com a localização da lavra, o número de anos de produção e o respectivo volume de produção trimestral fiscalizada, são aplicadas sobre a receita líquida da produção trimestral de cada campo, consideradas as deduções previstas no §1º do Art.50 da Lei nº 9.478/1997, royalties, investimentos na exploração, custos operacionais, depreciação e tributos (Fonte: ANP).

Os recursos recebidos são utilizados para pagamentos de benefícios previdenciários, sendo a alocação distribuída entre os Poderes Executivo, Judiciário, Legislativo e o Ministério Público proporcional à insuficiência financeira do órgão / entidade com base na média móvel dos últimos cinco anos, como deliberado e aprovado pelo Conselho de Administração da Autarquia.

SPPREV realizou em 2019 lançamento do Projeto de Securitização de Royalties e Participações Especiais (R&PE). Foi assinado contrato com o Banco BNP Paribas.

10. Comitê de Investimentos

Em atendimento a Portaria Ministério da Previdência Social (MPS) 519, de 24-08-2011, a SPPREV editou em 04 de dezembro de 2015 a Portaria nº 214 disciplinando a criação, composição e funcionamento do Comitê de Investimentos, órgão participante do processo decisório quanto à formulação e execução da Política de investimentos, sendo seu regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração da SPPREV em 2021.

O Comitê de Investimentos tem entre as suas principais atribuições:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

- Avaliar a política anual de investimentos, deliberando sobre necessidade de alterações e recomendações, inclusive revisões da política de investimentos vigente em decorrência de fatos conjunturais relevantes.
- Monitorar a adequação dos investimentos do RPPS à política de investimentos anual, devendo deliberar e recomendar providências a serem adotadas, quando detectada a não conformidade;
- Monitorar a carteira de investimentos quanto aos aspectos de enquadramento legal e àqueles relacionados ao desempenho desses investimentos, visando as melhores estratégias para o cumprimento da meta atuarial;

Estado de São Paulo se vale do regime de repartição e não do regime de capitalização. A grande diferença entre esses dois sistemas é que o de repartição traz como principal característica a solidariedade entre os beneficiários, ou seja, os servidores ativos contribuem para o pagamento dos benefícios do grupo em inatividade e pensionistas. Quando os servidores da ativa passarem à inatividade ou mesmo gerarem uma pensão, novos servidores da ativa estarão contribuindo e arcando com o pagamento destes benefícios e assim por diante. O regime de capitalização, por sua vez, tem como característica principal a individualidade. Cada segurado contribuiria, em tese, para o seu próprio benefício futuro.

Ressalta-se que os investimentos conservadores da SPPREV se destinam tão somente a assegurar o valor real das disponibilidades financeiras no regime de repartição simples, adotado para o Regime Próprio Paulista.

Cumprir informar que, de acordo com o Decreto Estadual nº 62.867, de 03/10/2017, o Banco do Brasil S.A. foi designado como agente financeiro do tesouro estadual, designação esta extensível a Administração Indireta.

No dia 24 de dezembro de 2020 foi assinado o 2º Termo de Aditamento, entre o Governo do ESTADO de São Paulo e o Banco do Brasil S.A., disciplinando a atuação do Banco do Brasil S.A., como agente financeiro do tesouro estadual, além de estabelecer condições gerais e diretrizes técnicas para prestação de serviços financeiros e a execução de atividades bancárias correlatas, no interesse do ESTADO de São Paulo ("Acordo Base"), estendendo o prazo da parceria institucional até 28 de setembro de 2027.

Em que pese a obrigatoriedade de contratação com o Banco do Brasil, este deverá apresentar segregação bem definida entre gestão de investimentos e tesouraria, além de oferecer produtos compatíveis com as metas de rentabilidade fixados na política de investimentos, com os menores custos, em especial quanto à taxa de administração.

Apesar da Resolução CMN nº 3.922, de 25/11/2010, ter sido revogada a partir de 03 de janeiro de 2022 pela Resolução CMN nº 4.963/2021, no exercício em análise, foi ela que serviu de parâmetro para o estabelecimento das limitações e condições para a aplicação dos recursos dos regimes próprios de previdência social.

Desta forma, em dezembro de 2021, os recursos da SPPREV estavam alocados da seguinte forma:

Resolução CMN 3922	Limite	Carteira
Artigo 7º, Inciso I, 'b'	100%	50,25%
Artigo 7º, Inciso IV, 'a'	40%	39,79%
Artigo 8º, Inciso III	10%	9,96%

Art. 7º No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:

I -até 100% (cem por cento) em:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PRESIDÊNCIA

b) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), constituídos sob a forma de condomínio aberto, que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos definidos na alínea "a", ou compromissadas lastreadas nesses títulos, e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de índice de renda fixa não atrelado à taxa de juros de um dia, cuja carteira teórica seja composta exclusivamente por títulos públicos (fundos de renda fixa); (Redação dada pela Resolução CMN nº 4.695, de 27/11/2018);

Art. 7º No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:

(...)

IV - até 40% (quarenta por cento) no somatório dos seguintes ativos: (Redação dada pela Resolução CMN nº 4.604, de 19/10/2017)

a) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de renda fixa); (Redação dada pela Resolução CMN nº 4.604, de 19/10/2017);

Art. 8º No segmento de renda variável e investimentos estruturados, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites: (Redação dada pela Resolução CMN nº 4.604, de 19/10/2017)

(...)

III - até 10% (dez por cento) em cotas de Fundos de Investimento classificados como multimercado, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem tratar-se de fundos sem alavancagem (fundos de renda variável); (Redação dada pela Resolução CMN nº 4.604, de 19/10/2017).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

PRESIDÊNCIA

Dito isto, a Carteira de Investimentos da SPPREV, observado a sua Política de Investimentos, estava posicionada, em 31 de dezembro de 2021, da seguinte forma:

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS SPPREV - Acumulada até dezembro de 2021

		BB Previd RF IRF-M1	BB PREVID RF IDKA 2	S PUBLICO DIFERENCIA	BB RF Ref DI TP FI	BB Previd RF Perfil	BB IRF-M1 FI RF	BB Previd RF Fluxo	MM Juros e Moedas	TOTAL
ADM	Saldo Inicial				-			-		-
	Aplicação				112.349.482,64			95.086.800,41		207.436.283,05
	Resgate				36.678.706,37			95.494.548,88		132.173.255,25
	Rend. ACC				2.411.829,70			407.748,47		2.819.578,17
	Saldo Final				78.082.605,97			0,00		78.082.605,97
PREVID.	Saldo Inicial	1.293.738.377,20	-	-	-	-	-	323.049.151,33	-	1.616.787.528,53
	Aplicação	1.100.636.491,21	2.296.536.360,46	837.123.806,62	1.565.219.403,52	936.024.532,15	1.834.147.231,86	239.067.821,27	343.026.352,42	9.151.781.999,51
	Resgate	1.589.086.079,94	2.307.955.139,37	793.220.594,97	1.362.959.571,09	645.381.760,40	1.837.907.083,62	563.190.855,73	182.410.782,65	9.282.111.867,77
	Rend. ACC (R\$)	25.522.590,97	11.418.778,91	3.834.034,85	17.837.881,50	21.387.933,39	3.759.851,76	1.073.883,13	4.110.247,11	88.945.201,62
	Saldo Final	830.811.379,44	0,00	47.737.246,50	220.097.713,93	312.030.705,14	0,00	0,00	164.725.816,88	1.575.402.861,89
TOTAL	Rend. ACC	25.522.590,97	11.418.778,91	3.834.034,85	20.249.711,20	21.387.933,39	3.759.851,76	1.481.631,60	4.110.247,11	91.764.779,79
	Rend. ACC Fundo (%)	0,84	0,71	0,70	0,76	0,80	-	-	0,73	0,80
	Saldo Final	830.811.379,44	0,00	47.737.246,50	298.180.319,90	312.030.705,14	0,00	0,00	164.725.816,88	1.653.485.467,86
	Proporção	50%	0%	3%	18%	19%	0%	0%	10%	100%
	Volatilidade anual (%)	0,64	2,61	0,13	0,14	0,15			0,31	



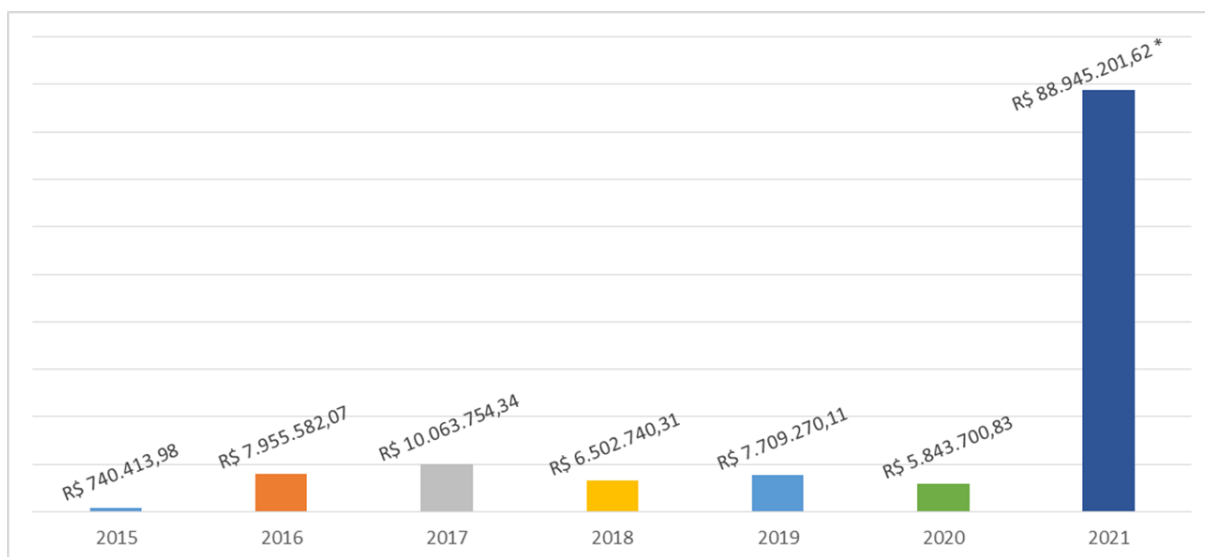
Secretaria de Orçamento e Gestão Estado de São Paulo

SPPREV – São Paulo Previdência

O rendimento apurado em 2021 pode ser dividido levando-se em consideração os recursos administrativos e previdenciários, nesse sentido o retorno de cada unidade gestora foi o seguinte:

- Administração: R\$ 2.819.578,17 (dois milhões oitocentos e dezenove mil quinhentos e setenta e oito reais e dezessete centavos);
- Previdência: R\$ 88.945.201,62 (oitenta e oito milhões novecentos e quarenta e cinco mil duzentos e um reais e sessenta e dois centavos).

Em relação a Previdência o ingresso desse montante é utilizado para pagamento de benefícios previdenciários e sua evolução desde 2015 pode ser observada no gráfico abaixo (fonte: Relatório Mensal de Investimentos – dezembro de 2021):



José Roberto de Moraes
Diretor Presidente